



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

HERIVELTO CLAYTON SEVERIANO

**AS CONFIGURAÇÕES DO GÊNERO NA
SUBJETIVIDADE:
um olhar sócio-histórico sobre os papéis sexuais**

**BRASÍLIA
2007**

HERIVELTO CLAYTON SEVERIANO

**AS CONFIGURAÇÕES DO GÊNERO NA
SUBJETIVIDADE:
um olhar sócio-histórico sobre os papéis sexuais**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Psicologia
do UniCEUB – Centro Universitário de
Brasília.

Orientador: Dr. Fernando Luis González Rey.

**BRASÍLIA
2007**

Dedicatória

À Renata – esposa, companheira, amiga – que compartilha comigo diariamente valiosos saberes e fazeres sobre gênero.

Agradecimentos

Às Deusas e Deuses que sempre estiveram ao meu lado,
e de modo especial à Iemanjá;

Ao meu orientador Fernando González Rey, pela
maestria e paciência com que conduziu todo o processo;

Às colegas de faculdade, pela troca de idéias dentro e
fora de sala de aula;

Às mestras e mestres, por suas valiosas contribuições;
em especial aos(às) professores(as) José Bezerril,
Alejandro, Rogério Lopes, Lacy, Valéria Mori, Ana
Cláudia, Maria do Carmo e Suzana Joffily, pelos debates
extracurriculares;

Aos meus familiares, especialmente à minha irmã
Andréa;

Ao Estruturação, grupo LGBT de Brasília/DF, pelo
acolhimento e pela partilha de idéias.

*“Eu prefiro ser
Essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha
Opinião formada sobre tudo ...
Sobre o que é o amor
Sobre o que eu
Nem sei quem sou...”*

Raul Seixas

*“Dizem que sou louco por pensar assim
Se eu sou muito louco por eu ser feliz
Mas louco é quem me diz
E não é feliz, não é feliz...
Eu juro que é melhor
Não ser o normal...”*

Ney Matogrosso

Sumário

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
SUMÁRIO.....	V
RESUMO	VI
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – A QUESTÃO DE GÊNERO E O SEXO: O SUJEITO E A CULTURA	11
1.1 – A NATURALIZAÇÃO DO SEXO	11
1.2 – A “DESNATURALIZAÇÃO” DO SEXO: O SURGIMENTO DO GÊNERO	13
1.2.1 <i>Conceituando Gênero</i>	24
1.2.2 <i>Gênero no Brasil</i>	33
1.3 – A “DESNATURALIZAÇÃO” DO GÊNERO: UMA CRÍTICA PÓS-ESTRUTURALISTA.....	41
CAPÍTULO II – UM OLHAR SOBRE O GÊNERO NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	49
2.1 - O GÊNERO E AS EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO	50
2.2 - O GÊNERO E AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS	55
2.3 - O GÊNERO E AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	60
2.4 - O GÊNERO E O ESTADO	65
2.4.1 <i>A instituição “família”</i>	69
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo investigar como se dão as configurações das identidades de gênero na subjetividade individual e social, como as diversas visões sobre a sexualidade são disseminadas em diversas culturas e momentos históricos distintos, e qual é o impacto direto e indireto dessas idéias no cotidiano do sujeito comum, inserido no tecido social. O estudo é feito por meio da revisão bibliográfica de alguns autores que discorrem sobre o tema do gênero presente em áreas distintas do saber, mas com enfoque na área das ciências humanas, especialmente da psicologia. Inicialmente, há uma análise dos papéis sexuais na cultura – entendida como produto e expressão máxima das atividades do sujeito. São abordados aspectos que transitam desde uma visão “naturalista” ou “naturalizante” até as visões pós-estruturalistas de alguns autores, dentre os quais destacamos os estudos de Michel Foucault e Judith Butler sobre a sexualidade e o gênero. Em um segundo momento, foram abordados breves relatos sobre as questões de gênero que, didaticamente, foram situados em pelo menos uma das organizações sociais representantes da mídia, da religião, da saúde pública e do poder estatal. Para a discussão das questões de gênero foi utilizada como base epistemológica principal a psicologia sócio-histórica, e de modo especial a teoria da subjetividade, do psicólogo e doutor Fernando González Rey. O estudo fala do cotidiano prosaico das pessoas, em diversos momentos e, embora seja um ensaio teórico, não tem por objetivo o aprofundamento de uma única questão, mas uma discussão mais ampla sobre questões pontuais nas quais o gênero acaba sendo, senão o ponto principal, um grande balizador das relações humanas. Os resultados finais não têm a pretensão de serem “conclusivos”, mas são um convite ao debate e à partilha de outras idéias e outros pontos de vista, sem o objetivo de estabelecer verdades absolutas.

Palavras-chave: gênero, subjetividade, papéis sexuais

Abstract

This work aims to investigate how to make the settings of gender identities of the individual and social subjectivity, how are the various views on sexuality are spread in different cultures and different historical moments, and what is the direct and indirect impact of these ideas in the daily subject of common, inserted into the social context. The study is done through literature review of some authors that write about gender in distinct areas of knowledge, but with a focus in the field of human sciences, especially in psychology. Initially, there is an analysis of sexual roles in the culture -- understood as a production and the maximum expression of the subject. Some specifics aspects are discussed in the work, as the "naturalist" vision of some authors, as well of some post-structuralism thoughts of others, with the focus on the studies of Foucault and Judith Butler about sexuality and gender. In a second stage, and in a didactic way, we also discusses brief episodes of issues about gender in social organizations related to the media, religion, public health and the State. The social-historic psychology was used as the epistemological background for the discussions, with special

focus on the Subjectivity Theory, of psychologist Ph.D Fernando Gonzalez Rey. The study talks about the prosaic daily life of people in different moments and, although it is a theoretical review, it does not deep in just one issue, but give a broader discussion on specific issues in which the gender has been, if not the main point , an important guide to human relations. The final results do not claim a conclusion, but are an invitation to the debate and the sharing of other ideas and other points of view, without the objective of establishing absolute truths.

Keywords: gender, subjectivity, sexual roles

Introdução

Falar das identidades de gênero hoje é ao mesmo tempo uma redundância e uma urgência.

É uma redundância porque a sexualidade caminha com o ser humano desde tempos imemoráveis: das Vênus pré-históricas de Willendorf, Grimaldi, há quase 30 mil anos, passando, um pouco antes e depois de Cristo, pelas festas gregas a Baco e pelo Kama Sutra indiano, até nossos dias com as *Sexy-shops*, o Carnaval brasileiro e as Paradas *Gays*. O sexo foi ao longo de toda a história motivo das mais dicotômicas manifestações: foi praticado por pessoas do mesmo sexo entre os gregos; foi celebrado publicamente em procissões na era romana; foi condenado publicamente na idade média; foi levado ao extremo nas obras do aristocrata francês Marquês de Sade; foi ocultado com todas as forças na era vitoriana; foi transformado na origem de tudo pela psicanálise; e hoje é um dos conteúdos mais acessados e mais combatidos na grande rede de computadores.

Mas falar de identidades de gênero também é uma urgência, pois em nome desse mesmo gênero são atualmente praticadas atrocidades: apedrejamento de “adúlteras”, mutilação do clitóris de bebês, homicídios de homossexuais, estupros das mais variadas categorias, assassinatos “por amor”, escravidão sexual, e infinitas outras formas de violência relacionadas ao gênero.

Esses crimes contra a vida e a dignidade são precedidos, no entanto, por “formas sutis de discriminação”, que passam muitas vezes despercebidas pelos olhares menos atentos, mas que têm sido mantidas e reproduzidas por milênios. A subjugação da mulher a espaços tidos como “inferiores”, e à subserviência nas mais diferentes esferas (trabalho, educação, saúde, espaços públicos, religião, poder estatal); a ridicularização pública das pessoas com

identidades de gênero diferentes das convencionalmente impostas; a relação entre sexualidade, poder e violência; são apenas alguns exemplos de como o “não pensar ou falar” sobre os papéis sexuais pode minorar a construção de sentidos sobre a diversidade humana e postergar indefinidamente as mudanças que adviriam dessas reflexões.

Com tantas urgências que cercam as questões de gênero, sempre me questioneei sobre o silêncio constrangedor que envolvia falar sobre esse assunto, ou sobre a forma estereotipada e preconceituosa com que ele era tratado quando vinha à tona. Acredito que, para entendermos um pouco melhor o assunto, precisamos nos perguntar antes “de onde o gênero vem?” ou “como ele se forma, se configura na vida das pessoas?”. Foi a partir desses questionamentos que fui em busca de respostas por meio do estudo daquilo que já havia sido pesquisado sobre o gênero.

Partindo desses princípios, o presente trabalho tem por objetivo identificar como se dão as configurações de gênero na subjetividade, tomando por base as concepções da psicologia sócio-histórica, à luz de outras áreas do conhecimento como a antropologia, a sociologia, a história, a filosofia.

Para tratar desses assuntos, iniciaremos com a apresentação de definições do conceito de gênero na perspectiva de vários autores; como esses autores divergem ou convergem quando falam sobre os papéis sexuais. Identificaremos em seguida alguns discursos nos quais o gênero tomado de forma “naturalizante” e reducionista, embora esses discursos ainda hoje sejam largamente disseminados e aceitos tacitamente pela maioria das culturas. Avaliaremos ainda a estreita relação entre gênero e cultura, como ambos os conceitos estão inter-relacionados e como estes conceitos não podem ser divididos uma vez que um permeia o outro de forma dinâmica e contraditória. Avaliaremos brevemente o conceito de gênero nas perspectivas da mídia, da religião, da saúde e do Estado, representadas em suas diversas organizações sociais, porta-vozes de ideologias quase sempre veladas e

sutis. Por fim, verificaremos como as idéias estudadas neste trabalho poderão contribuir para a mudança de saberes e fazeres em nossa sociedade.

Ao final do trabalho esperamos: contribuir para uma análise mais criteriosa e madura das configurações de gênero na subjetividade; propor ao leitor uma reflexão mais aprofundada sobre as questões de gênero baseadas na perspectiva sócio-histórica; e, disseminar os resultados dessa revisão em outros trabalhos, de forma a sensibilizar a sociedade quanto às questões do gênero.

Capítulo I – A Questão de Gênero e o Sexo: o Sujeito e a Cultura

1.1 – A naturalização do sexo

O advento da era científica a partir do século XVIII nos fez substituir aos poucos as concepções religiosas sobre a sexualidade e, se não abandoná-las de vez, pelo menos revesti-las de uma “naturalidade”, mantendo seu caráter transcendental. Como ressalta González Rey (2004, p.150) “Essa visão de sociedade como um sistema regulado por leis diferentes daquelas que regulam a psique do indivíduo manteve uma visão transcendente do social, na qual a transcendência saiu do reino divino e se instalou no terrestre”.

A partir dessa visão “naturalizante”, cabia à natureza nos gerar geneticamente com apenas um dos dois possíveis sexos: o masculino ou o feminino. Na puberdade, essa mesma natureza se encarregaria de evidenciar ainda mais as características físicas do sexo genético que recebemos no nascimento. Como constata a seguinte frase de Pease (2000, p.147) “Criaturas com os mais altos níveis de testosterona dominam o reino animal.”. Nessa frase, o entendimento da criatura humana é nitidamente voltado para uma questão “natural”: os hormônios¹. A obra de Pease, que trata das diferenças sexuais, se apoia em uma proposta de explicação científica para o entendimento dos papéis sexuais².

Outro papel da natureza seria também o de estabelecer os comportamentos normais ligados a cada sexo. O surgimento do “jeito de ser homem” ou do “jeito de ser mulher” viria inevitavelmente – e juntamente – com o amadurecimento sexual na puberdade. Se alguém nasce mulher, nada mais “natural” e “normal” do que se comportar como mulher: usar vestido; ter gestos delicados; falar mais mansamente que o homem; brincar de boneca;

¹ Além disso, retomando Foucault, a utilização nessa frase da palavra “dominam”, tem um forte apelo às relações de poder.

² Essa obra não trata do gênero como o definimos aqui neste trabalho.

ser mais passiva e pacífica que o homem; chorar quando se está emocionada; conceber e criar os filhos; ter interesse maior pelas atividades domésticas; se interessar menos pelo sexo que o homem; se casar com um homem que possa protegê-la e dar-lhe filhos; afinal de contas, como afirma Pease (2000, p.138) “Você, suas alegrias, tristezas, ambições, decisões, seu senso de identidade, o amor – tudo isso não é mais que a atuação de um enorme conjunto de células nervosas.”. No nosso entender, embora essa frase não tenha nada de “errado”, ela está carregada de valores que ressaltam o aspecto neuronal e omitem qualquer outro tipo de interpretação.

Estabelecidas as características físicas e comportamentais da sexualidade, o próximo passo seria o relacionamento com o outro, o contato com o social. Naturalmente, duas pessoas de sexos opostos se apaixonariam e, depois de se casarem, se amariam e teriam filhos, cada qual do seu jeito específico, no qual “Meninas buscam relacionamento e cooperação. Meninos buscam poder e *status*.” (PEASE, 2000, p.120)

Para aqueles casos infelizes, em que o social atrapalhasse esse desenvolvimento natural do “ser homem” ou do “ser mulher”, seria necessário um tratamento médico e até psiquiátrico. Os desviantes com essas anomalias – homossexuais, lésbicas, voyeuristas, prostitutas e tantos outros – deveriam ser imediatamente segregados do contato social e, se necessário, submetidos a tratamentos severos até que pudessem voltar ao convívio dos normais. Como ressalta Foucault (2006, p.78) “a sexualidade foi definida como sendo, ‘por natureza’, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização”. Aliás, sobre um desses desviantes, os homossexuais, Pease (2000, p.153) tem também um posicionamento peculiar: “Duas constatações: o homossexualismo é principalmente inato e o ambiente exerce um papel muito menos importante do que se pensava na determinação do nosso comportamento”.

Obras como a de Pease (2000) demonstram como ainda hoje a visão naturalista dos papéis sexuais faz parte das representações sociais de muitos grupos em nossa sociedade.

1.2 – A “desnaturalização” do sexo: o surgimento do gênero

Embora o conceito teórico de *gênero* seja relativamente novo, a associação entre “sexo” e “questões sociais”, com todos os seus desdobramentos, é algo que remonta a própria constituição do ser humano como ser cultural. Antes de falarmos de gênero, devemos entender que não há como falar de uma identidade pessoal descolada da história, descolada desse alguém com identidade, como ressalta Martin Baró (1989, p.123), citado por González Rey (2005, p.201), a identidade pessoal é produto da sociedade e da ação do próprio indivíduo “(...) a identidade pessoal se forma na congruência de uma série de forças sociais que operam sobre o indivíduo e diante das quais o indivíduo atua e se faz a si mesmo”. Dessa forma, o indivíduo também gera uma realidade, ao passo que as forças sociais também se renovam no indivíduo.

Ao contrário do sexo genético, que é dado na concepção, a sexualidade (utilizaremos os conceitos de “sexualidade” e “gênero” como sinônimos, em virtude da teoria de Judith Butler, de que o “sexo natural” – assim como o gênero – também seria construído culturalmente), segundo Mônica Coutinho³ (2000) é uma construção, um vir-a-ser, um tornar-se, que reflete a diversidade dos grupos sociais. Ela ressalta ainda que essa imensa plasticidade do comportamento humano acaba por “desnaturalizar” o processo de humanização, que é essencialmente cultural (idem). Não se pode então falar de sexualidade humana sem falar também de cultura. Edna Kahhale (2006, p.267) nega a tentativa de explicar o ser humano a partir de uma “natureza humana universal e imutável”, natureza essa que

³ Como no Brasil, geralmente os sobrenomes têm um gênero masculino e são herdados de uma genealogia patriarcal, e por coerência com as concepções de gênero aqui estudadas, na citação das autoras utilizadas neste trabalho, além do sobrenome, incluí também o seu primeiro nome. Nas referências bibliográficas, mantive o formato canônico.

necessitaria apenas aflorar e se desenvolver na vida da pessoa. Segundo a autora (idem), a condição humana é construída de uma forma sócio-histórica e na ação das pessoas sobre a realidade:

Não há natureza humana; o humano se constitui pela relação do homem com a realidade, não só enquanto meio social imediato, mas enquanto processo cultural historicamente produzido.

A própria idéia de “natureza” esteve mais associada à figura da mulher, e a de “cultura”, associada ao homem. Como ressalta Rita Segato (1997), dessa ideologia é que viria a tendência das sociedades humanas representarem a mulher associada à natureza (o objeto), e o homem à cultura (simbolizando a ação transformadora). Ainda segundo a autora, nesse tipo de associação se configuraria uma hierarquia.

Conforme afirma Edna Kahhale (2007, p.179) “O sexo social – portanto, o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo da sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses. (LAVINAS, 1997, p.16).”

Edna Kahhale (2007) traça um interessante histórico da formação do gênero do indivíduo desde o nascimento, quando este recebe um nome que expressa um gênero (masculino ou feminino). Dessa forma, desde o nascimento, as relações envolvendo os familiares e também vizinhos, escola, locais de lazer, vão “moldando” e construindo a sexualidade da criança. Ainda segundo a autora, isto se dá de cinco formas básicas: (1) por meio dos contatos corporais dessa criança consigo mesma e com os outros, e na devida identificação de que partes podem ou não ser tocadas, e de que partes devem ou não estar desnudas; (2) pelos nomes dados a homens e mulheres, a meninos e meninas, a partes do corpo; (3) por aquilo que pode ser dito em público, em casa, com os amigos, com os pais; (4) pelas relações afetivo-sexuais concretas entre gêneros, que podem acontecer nos espaços

públicos ou privados; (5) por aquilo que é permitido para os diferentes gêneros, como atividades, roupas, modo de falar e de se comportar.

Um dos espaços citados por Edna Kahhale é a escola. Esta é de fundamental importância no desenvolvimento dos papéis de gênero, principalmente no dias atuais, em que o ingresso da criança na escola é cada vez mais precoce. Conforme afirma González Rey (2005, p.203):

(...) na subjetividade social da escola, além dos elementos de sentido de natureza interativa gerados no espaço escolar, se integram à constituição subjetiva deste espaço elementos de sentido procedentes de outras regiões da subjetividade social, como podem ser elementos de gênero, de posição sócio-econômica, de raça, costumes, familiares, etc., que se integram com os elementos imediatos dos processos sociais atuais da escola.

Beiras (2005), tratando das dificuldades encontradas pelos professores em se trabalhar as questões de gênero na escola, ressalta que estes ainda vêem muitas vezes as crianças como “assexuadas, puras e inocentes”, e quando há manifestação de sexualidade nessas crianças, a tratam como algo “feio, sujo e pecaminoso”.

Essa falsa educação sexual acaba por encobrir aquilo que deveria ser algo simples, como ressalta Bernardi (1985), citado por Beiras (2005, p.74):

(...) em vez de trazer à luz as contradições do sistema, [a escola] acaba contribuindo para a coisificação do sexo, na medida em que, por meio de seus programas educativos, apresenta uma imagem desagradável e distanciada da sexualidade, destituindo-a de todo o conteúdo emotivo, lúdico e gratificante. (BERNARDI, 1985 citado por Dall"Alba, 1998, p. 180).

Beiras (2005) ressalta ainda que muitas vezes, as práticas desses educadores e educadoras são baseadas em crenças, valores e preconceitos inscritos nos seus próprios contextos culturais e históricos. Os discursos normativos daquilo que é certo ou errado, normal ou patológico estão inscritos, segundo Foucault (2000) nas relações de saber/poder. Essas práticas discursivas se referem tanto ao objeto de que falam, como ao comportamento aprendido pelo visível – o não-discursivo. Essas relações de saber/poder devem ser entendidas no sentido foucaultiano, uma vez que “não há relação de poder sem constituição correlata de

um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2000, p.27).

De acordo com Judith Butler (1993, p.154), citado por Beiras (2005, p.75), as normas regulatórias são as responsáveis pela materialização do sexo no corpo, pela materialização da “diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”.

Beiras (2005, p.77) ressalta ainda que:

(...) as atitudes da escola frente à inclusão e à integração dos assuntos relativos à sexualidade, dependem essencialmente da concepção de homem e de mundo que seus membros concretizam nas relações que estabelecem dentro e fora do ambiente escolar.

Não só na escola, nos anos iniciais do aprendizado formal, acontecem conflitos com as questões de gênero. Dentro da própria academia, os papéis sexuais “assumidos” pelo pesquisador, acabam se confundindo com o “objeto de pesquisa”, em uma relação inseparável. Essa questão é muito bem colocada por González Rey (2005, p.227) quando afirma:

A produção consciente de conhecimentos não é um processo racional, é um processo de sentido que se configura de elementos de sentido com origens diferentes, entre os quais está a própria teoria que o sujeito assume, que delimita representações com as quais o sujeito se identifica, identificação da qual participam múltiplos sentidos que estão na base do sentido subjetivo do conhecimento. De fato, o conhecimento está atravessado pela vida de quem o produz, o que se expressa nitidamente na própria obra de Freud.

É por esse motivo que cabe ser investigado como as concepções de gênero afetaram as próprias pesquisas e estudos produzidos pela academia. Embora se afirme neutra em nome da cientificidade, em alguns momentos as universidades não só não são neutras como direcionam seus estudos de uma forma nitidamente tendenciosa – se é que se pode falar assim – refletindo em suas pesquisas essas crenças.

É o caso de estudos na arqueologia, por exemplo, que, segundo Tânia Lima (2003), têm uma perspectiva androcêntrica, na qual os homens ainda são vistos como os que caçam (produzem) e as mulheres, como as que coletam (processam); os “homens que

produzem e mulheres que processam: homens ativos, fortes, agressivos, dominantes, e mulheres passivas, fracas, dóceis e dependentes” (LIMA, 2003, p.131-132).

Segundo Tânia Lima (2003), a própria classificação dos objetos fabricados (“artefatos líticos”) demonstram isso. Objetos pontiagudos (como pontas de lanças), agressivos, fálicos eram atribuídos aos homens; objetos arredondados (como recipientes de cerâmica) eram atribuídos às mulheres. De mesma forma, conforme a autora, as atividades exercidas pelas mulheres como cozinhar e tecer não foram consideradas como importantes para análise social da história da humanidade (WRIGHT, 1996).

É importante observar mais uma vez a estreita relação que há entre o objeto de estudo e aquele que o estuda. Quando se trata das ciências humanas, a separação “pesquisador” e “objeto pesquisado” não é muito distinta. Nesse estudo de Tânia Lima (2003) o pesquisador “enxerga” seus achados arqueológicos a partir de sua experiência social e histórica; detalhes que seriam evidentes podem passar totalmente despercebidos pelo pesquisador. É aí que reside a grande importância da compreensão da relação “pesquisador” x “objeto pesquisado”, pois ela é fundamental na produção de conhecimento .

Um dos elementos muitas vezes negligenciados é o do enfoque nos aspectos qualitativos da pesquisa, a partir de uma epistemologia qualitativa, na qual os métodos fazem parte de uma relação humana entre o investigador e o investigado (González Rey, 1997). González Rey (1998), citado por Edna Kahhale (2006), enfoca que três são os processos qualitativos de produção de conhecimento: (1) além dos fatos, também são construídas “idéias”, e nesse caso, o empírico será apenas um momento da construção dessa idéias; (2) a qualidade não está na magnitude numérica, mas sim na “profundidade”, e a construção teórica é fundamental já que a subjetividade não é linear e regular, e portanto contém processos que não podem ser medidos; nesse caso, os dados obtidos serão tão ou mais importantes que os dados fornecidos pelo instrumento; (3) nas ciências humanas, os processos de produção do

conhecimento são também processos de relacionamentos nos quais um constrói o outro; nesse caso, o instrumento será uma ferramenta de interação e não uma ferramenta para obter resposta, ou seja, serão gerados pontos parciais a serem inseridos em uma construção teórica e não “resultados finais”.

Com relação ao estudo de Tânia Lima (2003, p.134), ela observa que há uma supremacia da linguagem voltada para o masculino na qual:

(...) o feminino é tragado, sucumbe, desaparece. Manda a regra que prevaleça o masculino. Por exemplo: quando dizemos "no sítio X, há cerâmicas e líticos belíssimOs", nunca "belíssimAs", considerada esta como um erro crasso e imperdoável, nós apagamos de modo bastante significativo o feminino do discurso, inexistindo uma forma neutra que dê peso idêntico a ambos os substantivos, sem subordinar o feminino ao masculino.

Outro fator importante na linguagem, apontado por Riane Eisler (1996, p.286-287) é o fato de nossas palavras relativas ao sexo terem uma estreita relação com a violência:

Percebemos isso vividamente em nossa língua, onde várias palavras que nos ensinam para expressar ódio e desprezo têm significados sexuais: por exemplo, *puta*, *filho da puta* e *foder* (como em “foda-se” ou “fodido”). Estas palavras são percebidas como ofensa, já que não raro são seguidas de atos com a intenção de machucar e causar a morte. Da mesma maneira, “boceta” refere-se à genitália feminina que aqui recebe uma significação obscena.

De fato, a maioria de nossos palavrões se refere a termos ligado à sexualidade e neles, quase sempre, a mulher tem uma nítida desvantagem, como é o caso de “filho da puta” e não do “puto”. Riane Eisler (1996) enfatiza que todo o aprendizado sobre a sexualidade na infância contém elementos que enfatizam o “realizar sexo com violência”. A autora presenciou inclusive algumas mães – esposas de militares – orientando seus filhos a chamar seu órgão genital de “arma”. Aqui no Brasil, principalmente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, é comum a palavra “pistola” para nomear o pênis⁴.

Tânia Lima (2003) enfatiza que, mais que apenas duas categorias, o gênero abrange um amplo espectro (DNAPP, 1998, p.243), "envolvendo múltiplas masculinidades e

⁴ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Ed. Objetiva, dez. 2001.

múltiplas feminilidades" (TÂNIA LIMA, 2003, p.136-7). Dessa forma, a autora entende o gênero como desempenhos, performances, enfim, um grande leque.

É interessante ressaltar o caráter de homem “produto” e “produtor” de que fala Geertz (1978), citado por Mônica Coutinho (2000), demonstrando que as primeiras aquisições culturais se deram bem antes da própria evolução final do organismo do *homo sapiens*, demonstrando um desenvolvimento paralelo entre cultura e espécie. Ou seja, o homem não toma seu aparelho biológico de forma única e universal, ao contrário, ele dá sentidos divergentes e arbitrários a este aparelho.

Junqueira Filho (1996), falando sobre duas estatuetas de ferro fundido, vindas da Indonésia, cuja única diferença era um pênis ereto e uma vagina, argumenta que as diferenças anatômicas entre os sexos podem até ser vistas como fatores de afirmação da individualidade⁵, mas não determinam necessariamente uma distinção entre os indivíduos. Outro exemplo dado por ele é o das estatuetas conhecidas como Vênus de Willendorf, com cerca de 30 mil anos, que são representações da mulher, em que as fendas umbilicais e os seios são mais pronunciados que as fendas vaginais.

Nesses exemplos de produção humana, não parece existir em nosso entender uma “lógica racional externa”, que explique de forma precisa e definitiva cada uma dessas manifestações da subjetividade do sujeito e da subjetividade social⁶. Como enfatiza González Rey (2005, p.252):

O sentido é responsável pela grande versatilidade e formas diferentes de expressão do nível psíquico das experiências histórico-sociais do sujeito. O sentido é subversivo, escapa do controle, é impossível de prever, não está subordinado a uma lógica racional externa. O sentido se impõe à racionalidade do sujeito, o que não implica a sua associação só ao inconsciente, como já foi dito, pois um mesmo sentido transita por momentos conscientes e inconscientes, até mesmo de forma contraditória.

⁵ No nosso entender, essa afirmação da individualidade de que fala Junqueira Filho, seria também algo construído nas relações de poder.

⁶ Consideramos aqui o sentido de subjetividade como definido por Fernando González Rey.

Segundo Maria Luíza Heilborn (1999, p.40), citado por Mônica Coutinho (2000, p.34):

A cultura (em sentido lato) é responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais/amorosas"

Os elementos “valores e práticas sociais” que “orientam e esculpem”, citados por Maria Luíza Heilborn, são muito pertinentes a essa compreensão da sexualidade como algo que não se dá naturalmente. É a cultura que nos torna seres sexuados e que nos prescreve carreiras sexuais e amorosas.

Segundo Maria Luíza Heilborn o que é sexo para um grupo pode não sê-lo para outro grupo. Mônica Coutinho (2000) ressalta ainda que ao masculino e ao feminino são dados diferentes modelos de conduta, expectativas, proibições e sanções. Maria Luíza Heilborn (1999, p.8) ratifica o caráter cultural das categorias de gênero e acrescenta: “(...) quando se fala em identidades socialmente construídas, o discurso antropológico está enfatizando a perspectiva relacional e sistêmica que domina o jogo de construção de papéis e identidades para ambos os sexos”.

Mônica Coutinho (2000, p.39) insiste mais uma vez na “desnaturalização” do conceito de sexualidade, ressaltando que:

Nega-se, portanto, que haja algo inerente à natureza humana que possa explicar e dar sentido às ações dos sujeitos. Ao contrário, o substrato fisiológico é percebido como insuficiente para explicar a diversidade de experiências e abordagens acerca da sexualidade. A diversidade simbólica e expressiva dos comportamentos considerados apropriados ao feminino ou masculino nos diversos grupos sociais desponta como prova irrefutável para a defesa da desnaturalização. Ao invés de basear-se numa razão universal, a antropologia defende a fabricação social e simbólica das condutas humanas.

Dessa afirmação de Mônica Coutinho, cabe enfatizar que as nossas ações humanas não advêm de uma suposta natureza humana, e que o fisiológico não dá conta – sozinho – de explicar a diversidade de comportamento dos gêneros. Áreas do saber, como a

antropologia e a psicologia (dentre outras), têm ao longo das últimas décadas criado um espaço para o debate sobre essas questões.

Em um estudo realizado com pessoas de camadas médias do Rio de Janeiro, Mônica Coutinho (2000), percebe uma “desnaturalização” do conceito de sexualidade. Segundo Tânia Salem (1989, p.2), citada por Mônica Coutinho, o fato se deve a uma “psicologicidade”, ou seja, uma disposição a uma “reflexividade intimista” que predispõe as pessoas a problematizar o “eu”. Esse fenômeno deve-se à relativa facilidade de acesso a psicoterapias, e ao contato com termos como “desejo”, “inconsciente”, “transferência”, “simbiose”. Mônica Coutinho enfatiza ainda como a própria modernização da família tende a enfraquecer o gênero, juntamente com a ideologia do igualitarismo e o processo de nuclearização e privatização da família.

Rosa de Macedo fala como o próprio envelhecimento do homem está marcado pelas concepções de gênero. Essa visão do envelhecer não pode se basear unicamente nas diferenças sexuais, mas na “intersecção de histórias individuais, construídas de forma recursiva em determinada cultura e momento histórico” (DE MACEDO, 2000, p.14).

Na psicologia, um dos primeiros olhares sobre a sexualidade foi o da psicanálise. Talvez seja por isso que ela ainda goze de tanta popularidade e sirva de referência para muitos intelectuais. Embora o próprio Freud tenha construído sua teoria reforçando os papéis masculinos e femininos – já que ainda enxergava a sexualidade de uma forma naturalizada –, atualmente alguns psicanalistas entendem que não deva haver essa dicotomia. É o que afirma Ribeiro (2005, p.239), quando fala “Stoller se opõe frontalmente ao ponto de vista de Freud sobre masculinidade inata e discorda também da suposta maior complexidade da posição da menina no processo de aquisição da feminilidade”. Junqueira Filho (1996), que é psicanalista, propõe inclusive a idéia de parceirização entre os gêneros (KAPLAN, 1976) na qual as

denominações “inveja do pênis” e “complexo de castração”, sejam substituídas por “conflitos invejosos” e “complexo genital”.

A crítica de Ribeiro reforça ainda mais a necessidade de repensarmos as questões de gênero sob um olhar sócio-histórico. Freud, antes de ser o psicanalista – ou concomitantemente a isso – era também cidadão europeu dos séculos XIX e XX, imerso nas idéias conservadoras sobre a sexualidade propagadas pela Inglaterra vitoriana. Era também médico neurologista, imerso nas práticas patologizantes muito difundidas pela medicina de sua época. E era também descendente de uma tradição, o Judaísmo, cuja bíblia é a Torah – livro sagrado judaico, precursor da bíblia católica e que estabelece papéis sexuais verticalizados e rígidos, com a clara dominação do papel masculino sobre o feminino: o próprio Javé é PAI, e não MÃE.

Para González Rey, ao tornar universal o modo como a sexualidade é representada em um campo concreto da psicologia, “a psicanálise, em que a sexualidade aparece de diferentes formas, associada a invariantes universais da compreensão do sujeito individual, (...) tem sido criticada mesmo dentro da própria psicanálise (Guattari)” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 217). Mas na própria constituição da sexualidade são expressos vários elementos de sentido relacionados a diferentes sistemas da organização social.

As concepções sobre o que é certo para homens e mulheres foram analisadas por Maria Cristina Ferreira (1993, p.44) que faz um apanhado de vários estudos que buscaram investigar quais eram as características tidas como masculinas e femininas. Nos estudos de Sherrifs e McKee (1957), os homens são retratados como francos e diretos, racionais, competentes intelectualmente, audaciosos e eficientes; as mulheres foram retratadas como calorosas e com interesses não materiais, hábeis no trato social e emotivas. Para Williams e Bennett (1975), os homens apresentaram uma baixa nos quesitos educação, humildade, respeito e afiliação; mas mostraram alta na autonomia, agressão e exibicionismo. As

mulheres, por sua vez, tiveram baixas de dominação e altas de humildade e altruísmo. Para Rosenkrantz, Vogel, Bee, Broverman & Broverman (1968), as mulheres possuem maior calor humano e capacidade de se expressar; já os homens possuem competência, racionalidade e necessidade de afirmação. Margaret Mead (2003, p.297) tece a seguinte crítica a esse modelo “Essa crença de que as mulheres estão, por natureza, mais interessadas na paz é, sem dúvida, artificial, parte da mitologia toda que considera as mulheres mais delicadas que os homens.”

A esses estudos, Maria Cristina Ferreira (1993, p.52-53) se mostra crítica, afirmando que os estereótipos de gênero apontam "como mais característicos do homem, traços que refletem uma orientação para a ação (instrumentais), e como mais característicos da mulher, traços que refletem uma orientação para o contato interpessoal (expressivos)". Esses estereótipos estão “dissolvidos” em nossa cultura, e possuem um caráter apriorístico tal, que se torna difícil até mesmo questioná-los. A esse indivíduo “dado” e “pronto” contrapõe-se o indivíduo histórico.

Na psicologia sócio-histórica, cuja base epistemológica procuramos seguir neste trabalho, entendemos que o ser humano não pode ser compreendido apenas segundo os aspectos biológico e social, pois ele é também histórico. Falar da sexualidade do ser humano é falar da história dessa sexualidade que está imbricada em outros aspectos da vida humana – na política, na religião, no trabalho, no lazer, na educação – e que são permeados pelas estruturas de poder que se estabelecem ao longo da história da humanidade. E falar dos aspectos psicológicos do ser humano não é falar de coisas “internas” apenas. Como ressalta Ana Bock (2007, p.22-23):

(...) falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem.

Segundo Ana Bock (2007), as capacidades humanas surgem após várias transformações qualitativas, e cada transformação cria novas condições de transformação, de modo histórico, e não natural. O fenômeno psicológico é a construção que se dá em nível individual de um mundo simbólico que é social, e ambos não se confundem. Essa subjetividade se constitui na relação com o mundo material e social, produto da atividade humana. Essa internalização da objetividade é conseguida por meio da linguagem, que permite a construção de sentidos subjetivos, pois “O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social” (BOCK, 2007, p.22-23).

Ainda segundo Ana Bock (2007) conhecer o fenômeno psicológico a partir dos aspectos sócio-históricos implica em retirá-lo de um campo abstrato e idealista e dar-lhe base material. E, assim como os conceitos de gênero, o fenômeno psicológico será retirado do campo abstrato e idealista, e ganhará uma base material, abandonando-se visões metafísicas que o entendam como algo que surge no homem ou na mulher, e que já estava lá em estado embrionário, que apenas se atualizou com o amadurecimento humano.

1.2.1 Conceituando Gênero

Segundo Lelita Benoit (2000, p.76) o conceito teórico de “gênero” surgiu na década de 70, com os trabalhos da socióloga Ann Okley⁷.

Junqueira (1996, p.1085), concordando com Robert J. Stoller (1934-1991), fala de três categorias da identidade de gênero:

(...) a) Identidade de gênero nuclear (Stoller, 1968): na sua releitura, o mais primitivo senso, consciente ou inconsciente, de pertinência a um sexo; b) identidade de papel de gênero (Sandler e Sandler, 1978): o comportamento explícito do indivíduo no relacionamento interpessoal no que diz respeito a seu próprio gênero; c) orientação de parceria sexual (Green, R. 1975): refere-se ao sexo de preferência do objeto de amor.

⁷ Cf.: *Sex, gender and society*, 1972; *The sociology of housework*, 1974, *Housewife*, 1976.

É interessante observar nessa citação de Stoller, a divisão que é feita entre “comportamento” e “objeto de amor”. Essa forma de entender as questões de gênero é de fundamental importância, pois uma determinada “identidade de gênero” não precisa ter necessariamente um “objeto sexual” prescrito. Por exemplo, alguém pode se vestir, falar, se comportar como homem no dia-a-dia, e ter preferência sexual por um outro homem, sem ter que necessariamente se comportar ou se vestir como uma mulher.

Beiras (2005, p.70), cita Figueiró (2001, p.3), que entende a sexualidade como:

(...) uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético (...) que deve ser empreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais.

Gostaria de ressaltar dois aspectos nessa citação de Beiras: um, é o fato de considerarmos sim a “natureza” nas definições de gênero, mas de não transformá-la no foco central nem preponderante dessa definição; a segunda, é o da construção social do gênero estar intrinsecamente ligada aos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais, evidenciando-se assim o caráter dinâmico do conceito de gênero.

Tânia Lima (2003, p.129), citando Costin (1996, p.133), antes de definir o conceito de gênero, delimita o conceito de “sexo” como o de uma “construção biológica, universal, que descreve as diferenças fisiológicas geneticamente determinadas entre machos e fêmeas e diretamente relacionadas às suas respectivas funções na reprodução da espécie”. O gênero, para a autora, seria uma construção cultural. Como ressalta Conkey e Spector (1984, p.16), citados por Tânia Lima, o gênero é um sistema complexo de significados, e que, em uma determinada cultura, “leva as pessoas a identificar e reconhecer quem elas são, o que são capazes de fazer, o que deveriam fazer e como devem se relacionar com pessoas semelhantes ou diferentes dela”. Esse conceito deve ser entendido de uma forma ampla, articulando com outras categorias como *status*, classe, etnicidade (CONCKEY; GERO, 1991, p.9).

Outro fator que queremos ressaltar é o papel fundamental da linguagem na comunicação entre a “consciência do sujeito” e sua “historicidade”, o que acontece de forma semiótica. Quando o sujeito se apropria de uma identidade de gênero, ele também o faz mediado pela linguagem. Nesse sentido, Maria Eunice Guedes (1995, p.5) enfatiza a força das linguagens, sejam elas faladas, escritas ou gestuais. Citando Sílvia Lane (1984, p.34):

(...) esta análise nos permite apontar uma função da linguagem que é a mediação ideológica inerente nos significados das palavras, produzidas por uma classe dominante que detém o poder de pensar e 'conhecer' a realidade, explicando-a através de 'verdades' inquestionáveis e atribuindo valores absolutos (...)

Cabe ressaltar que, para a compreensão do discurso, não basta apenas a compreensão do significado das palavras, torna-se mandatório entendermos QUEM FALA (o emissor), e QUEM ESCUTA (o receptor). Só assim poderemos entender as intenções ideológicas por trás do discurso. Evidentemente, o discurso não acontece apenas de forma unilateral, pois o sujeito tem papel ativo, já que atribui significados a esse discurso, o percebe de forma subjetiva, dando-lhe sentido. É o que resalta Molon (1999, p.70)⁸, citado por Lumena Teixeira (2003, p.108), sobre a constituição do sujeito em Vygotsky:

A concepção da constituição do sujeito em uma dimensão semiótica não ignora a individualidade nem a singularidade, mas atribui novos significados, quais sejam, a individualidade como um processo e socialmente construída, a singularidade como uma conjugação que envolve elementos de convergência e divergência, semelhanças e diferenças, aproximação e afastamento, em relação ao outro, e ao sujeito como uma composição não harmônica dessas tensões e sínteses.

Falando sobre o nosso léxico, Maria Eunice Guedes (1995) lembra que este está repleto de verbetes que ressaltam os discursos ideológicos de gênero, como o da mulher, por exemplo, em cujas definições é evidente o papel da “meretriz” e da “reprodutora”, ou o do homem, como aquele que “apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva”.

Analisando a definição de Joan Scott (1995, p.86) “(...) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, Maria Eunice Guedes (1995), fala dos símbolos culturais como Maria e Eva que representam simbolicamente a pureza e a sujeira e

⁸ Molon, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. São Paulo: Educ, 1999.

que, mesmo que possam ser interpretados de forma diversa, neles ficam contidas explicações culturais binárias. O significado desses símbolos é interpretado por “conceitos normativos” que são expressos por meio das doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que ratificam de forma categórica e inequívoca os significados binários de homem e mulher, masculino e feminino, rejeitando outras formas. O homem que possuir um comportamento dócil será rotulado de afeminado, já que este deve ser um comportamento da mulher, ou vice-versa, as mulheres também são criticadas quando têm um comportamento rígido, frio. Assim também acontece com as pessoas que não se definem nem como homens nem como mulheres.

Embora a mulher seja quase sempre o lado “fraco” dessa história verticalizada de dominação, o homem também não escapa ileso. Margaret Mead (2003) ressalta que “Não pode haver sociedade que insista em que a mulher siga um padrão especial de personalidade, definido como feminino, que não viole também a individualidade de muitos homens”. Dessa forma, o homem deve também seguir um *script* rígido, como ressalta Tomkins⁹ em sua “teoria do roteiro”, citado por Riane Eisler. Falando sobre as famílias onde o “roteiro do macho” é utilizado, a autora comenta (EISLER, 1996, p.293):

Nessas famílias, constatamos mais vividamente como se ensina sistematicamente aos meninos que o homem expressar (ou, até mesmo, sentir) emoções “delicadas” é vergonhoso; que esses sentimentos só são adequados às meninas e mulheres “inferiores” (ou aos homens “efeminados”, igualmente inferiores). De acordo com o roteiro do “macho”, é tornado claro para os meninos que serão castigados não por expressarem tais sentimentos, mas porque expressando-os estarão sendo “femininos”, e não “masculinos”.

Maria Eunice Guedes (1995), quando comenta Joan Scott (1995, p.87) chama a atenção para certa “fixidez”, ou seja, a permanência intemporal das representações binárias, e o esquecimento da noção de político. Ela dá como exemplo a volta do uso do véu preto cobrindo o rosto das mulheres iranianas desde que o Aiatolá Khomeini tomou o poder no Irã.

⁹ TOMKINS, Silvan S. ‘*Script Theory*’ Trabalho para a Society for Personology, Asilomar, Pacific Grove, CA, junho de 1984.

Maria Eunice Guedes (1995, p.11) ressalta: “Seria necessário incluir, na noção de Gênero, a noção de político, tanto em relação às Instituições, como em relação às organizações sociais, ou seja, a atuação no Macrossocial também é importante.”

O quarto fator que Maria Eunice Guedes (idem) aponta é a questão da “Identidade Subjetiva”. Segundo ela, as identidades subjetivas são construídas:

(...) a partir de formação de conceitos/preconceitos imaginária e simbolicamente. A partir da compreensão da Linguagem enquanto elemento formador e constitutivo do Psiquismo, bem como os símbolos, que prendem os sujeitos a formas normativas de exercer a sua subjetividade.

A autora ressalta que a educação, por exemplo, funciona como uma forma de internalização dos valores grupais e sociais, e questiona o exercício da sexualidade já que estamos amarrados aos conceitos “papéis sexuais, de masculino/feminino, de normalidade a anormalidade, de pureza e sujeira”. Para a mulher, por exemplo, segundo a autora, o exercício da cidadania e dos desejos é muito difícil uma vez que ela deve optar pelos papéis fixos de ser “santa” ou “puta”. É fundamental que entendamos a construção dessas representações historicamente situadas nas diversas culturas.

Maria Eunice Guedes (1995, p.11), falando ainda sobre a definição de Joan Scott¹⁰ (1995, p.88) “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, citando Godelier:

(...) não é a sexualidade que assombra a sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos relacionadas ao sexo são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não tem nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar.

Esse pensamento de Godelier, citado por Maria Eunice Guedes, corrobora a idéia de Foucault (2006, p.139) quando diz que a sexualidade “é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa”.

¹⁰ SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*. V. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

Essa tecnologia política se expressa mais enfaticamente por meio do discurso que constitui, e ao mesmo tempo é constituído, pelo sujeito, de forma dialógica. No entanto, como enfatiza Rosa de Macedo (2000, p.11-12), dentro desse processo dialógico, o ser humano pode acabar caindo em um ciclo incapacitante de desqualificação:

Considerar que o ser humano constitui-se como *self* apropriando-se de significados culturais, em um processo dialógico constante entre sujeito normalizado produzido/sujeito produtor de si, implica considerar que a linguagem de poder, constituída através dos saberes, pode aprisionar o indivíduo em "(...) um ciclo incapacitante de desqualificação" (Gergen, 1994 p. 155), ao mesmo tempo que perpetua estereótipos sociais e desigualdades.

Citando Foucault (1996, p.199), Rosa de Macedo (2000) ressalta ainda que em vez de se tornar um círculo que aprisiona, o saber deveria antes de tudo ser concebido na dialógica sujeito produzido/produtor de si, possibilitando assim a renovação da cultura e de novas formas de subjetividade que, no nosso entender, abrem espaço inclusive para novas identidades de gênero e novos papéis sexuais.

Quanto aos papéis sexuais, é interessante notar como, no período republicano, segundo Rosa de Macedo (2000), esses papéis eram rígidos. Aqueles homens que não se encaixavam nos papéis de provedor e trabalhador, e os homossexuais, eram considerados como portadores de doença mental. Esses papéis capitais, ratificados desde o século XVIII, integravam o que Foucault (2006) chamava de “dispositivos de saber e poder”, e foram divididos em quatro categorias básicas: (1) a “histerização do corpo da mulher”, segundo a qual o corpo feminino foi qualificado e desqualificado, foi rotulado como intrinsecamente patológico pela ciência médica; (2) a “pedagogização do sexo da criança”, segundo a qual se deve praticar a vigilância sobre as atividades sexuais das crianças (o onanismo, por exemplo), pois essas atividades podiam levar a perigos físicos, morais, coletivos e individuais; (3) a “socialização das condutas de procriação”, que restringem a fecundidade de casais por meio de medidas sociais ou fiscais; e, (4) a “psiquiatrização do prazer perverso”, na qual foram taxadas todas as “anomalias” que o sexo (“instinto sexual”) poderia causar, e foram criadas

tecnologias corretivas para essas anomalias. Esses quatro dispositivos criam os estereótipos da mulher histérica, da criança masturbadora, do casal malthusiano¹¹ e do adulto perverso.

Foucault ressalta o papel e a função que o poder sempre teve, que foi o de dizer não, de interditar, de impedir, de traçar um limite. Ou seja, junto com o capitalismo, desenvolve-se em nossa sociedade, uma série de procedimentos e técnicas para “vigiar, controlar, se encarregar do comportamento dos indivíduos, dos seus atos, de sua maneira de fazer, de sua localização, de sua residência, de suas aptidões” (FOUCAULT 2004, p.74-75). Essas interdições eram acompanhadas de uma produção intensa de discursos – discursos científicos e institucionais – e de uma verdadeira obsessão pelas questões relacionadas à sexualidade.

Essa sexualidade foi considerada, segundo Foucault (idem), uma coisa essencial na vida das pessoas, sendo, inclusive, um dos atributos do processo de individualização dos sujeitos. No século XVI, o pecado da carne era o pecado por excelência. Segundo o autor, o Ocidente, ao invés de negar a sexualidade, “(...) a introduz, ele organiza, a partir dela, todo um dispositivo complexo no qual se trata da constituição da individualidade, da subjetividade, em suma, a maneira pela qual nos comportamos, tomamos consciência de nós mesmos”.

Para Foucault, foi a partir do cristianismo que o Ocidente afirmou: “Para saber quem és, conheças teu sexo” (FOUCAULT, 2000, p.229). Essa insistência sobre os segredos e a importância da carne acabou por colocar a sexualidade no centro da existência; era preciso então examinar o sexo, vigiá-lo, confessá-lo, transformá-lo em discurso, em discursos que funcionam como verdade.

¹¹ Thomas Robert Malthus (1766 - 1834) foi um economista britânico, cuja fama decorre dos estudos sobre a população. Para o autor, a diferença entre as classes sociais era uma consequência inevitável. A pobreza e o sofrimento eram o destino para a grande maioria das pessoas.
(Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Malthus. Acessado em 16 nov. 2007)

Uma das provas apontadas por Foucault (idem) para esse fato é a desmesurada importância dada para a masturbação infantil, que foi considerada como uma terrível epidemia, capaz de comprometer toda a espécie humana. O sexo das crianças tornou-se dessa forma um alvo e instrumento de poder de uma específica “sexualidade das crianças”: precária, perigosa, e a ser constantemente vigiada, constituindo assim uma rede de poder sobre a infância.

Foi a partir de 1870 que, segundo Foucault (2000) os psiquiatras começam a estudar a homossexualidade como problema¹². Foucault inverte a idéia de que o poder tem a sexualidade, propondo que é justamente por meio da sexualidade que o poder é exercido.

Embora os movimentos de “liberação sexual” sejam fundamentais para a criação da diversidade de gênero, Foucault (2000) faz uma crítica pertinente a eles, afirmando que, embora a sexualidade seja o ponto de partida para esses movimentos, esse dispositivo de sexualidade deve ser ultrapassado, devendo ir além da própria sexualidade na qual estamos circunscritos.

Elias (1994), citado por Júlia Varela (2003, p.519), aponta que as mudanças de equilíbrio de poder entre os sexos não dependem simplesmente da boa ou má vontade das pessoas, mas “estão implicados em mudanças que dizem respeito à dinâmica social, às lutas pelo poder e pelo prestígio que se desencadeiam entre as classes sociais em momentos históricos determinados” (ELIAS, 1994, p.121-167).

¹² O termo “**homossexualismo**” é considerado ofensivo e homofóbico, pois tem um histórico ligado às atividades clínicas, quando o homossexual era considerado portador de deficiências ou desvios psíquico-sexuais. Além disso, o sufixo “-ismo” traz uma carga semântica de conotação negativa. A expressão é inadequada para designar a sexualidade no sentido atualmente adotado pela Psicologia e ciências correlatas.

Homofobia: Embora a etimologia da palavra aponte para o significado que denota medo mórbido em relação aos homossexuais (gays e lésbicas), o termo passou a ser empregado para descrever a rejeição e/ou aversão a estes indivíduos e à homossexualidade, conforme já registram os recentes dicionários. A postura homofóbica, desta forma, frequentemente se manifesta em ações discriminatórias, não raro violentas, que apontam para um ódio gratuito baseado unicamente na orientação sexual do outro.

(Disponível em: <http://www.armariox.com.br/htm/glossario.htm>. Acessado em: 13 nov. 2007)

É por isso que Foucault (2006, p.116-117) fala da sexualidade como “um dispositivo histórico” e não o de uma “realidade subterrânea que se apreende com dificuldade”, mas à de uma:

(...) rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Para uma melhor compreensão da dinâmica em que se dão as relações de gênero, achamos pertinente abordar aqui também o conceito de “configuração”, já que tratamos fundamentalmente da apreensão subjetiva das diversas relações e atividades que compõem a vida social do indivíduo, das quais o gênero é uma delas. É o que ressalta Lumena Teixeira (2003, p.106-7), citando González Rey (1997)¹³, quando este parte de Vigotski e propõe a categoria “configuração” como “a unidade dinâmica sobre a qual se definem os diferentes sentidos subjetivos dos eventos sociais experienciados por cada pessoa.” Essa construção teórica busca justamente explicar essa “passagem” do social para o psicológico, que é concebida como unidade funcional do afetivo e do cognitivo:

Hemos definido las configuraciones como la interrelación entre estados dinámicos diversos y contradictorios entre sí, la que se produce en el curso de las actividades y relaciones sociales Del sujeto a través de las diferentes emociones producidas en dichas actividades (González Rey, 1997: 118).

Em conclusão ao conceito de gênero, ressaltamos aqui a crítica de Judith Butler (2003), que acredita que este não deve ser construído como uma “identidade estável”, ao contrário, a autora propõe que o gênero seja uma identidade constituída no tempo, instituída no espaço externo por meio da “repetição estilizada de atos”. E se a verdade do gênero é uma fabricação, e se o “gênero verdadeiro” é uma fantasia, segundo Judith Butler (2003, p. 195), então “não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável”.

¹³ REY, Fernando G. *Epistemologia cualitativa y subjetividad*. São Paulo: Educ, 1997.

1.2.2 Gênero no Brasil

Se o gênero não pode ser separado dos outros contextos que compõem a cultura, cabe tratá-lo também com relação à sua etnicidade. Embora entendamos que não se pode falar de um único gênero específico do Brasil, podemos, por outro lado, ressaltar aspectos peculiares de uma cultura latino-americana, e mais especificamente tupiniquim.

A questão do machismo, por exemplo, é algo que se manifesta de forma peculiar na América Latina. Mônica Coutinho (2000) chama atenção para o conceito de honra presente nesse tipo de machismo latino-americano, que funciona como desculpa para que o homem imponha seu poder sobre o mundo feminino, especialmente nas questões ligadas ao pudor sexual, segundo o qual as mulheres devem se comportar, às vezes sendo a “donzela virginal e respeitosa” e outras vezes sendo a “matrona assexuada”.

Quanto à percepção que países da Europa têm, por exemplo, sobre a mulher brasileira, Marina de Oliveira (2006, p.325), em um interessante estudo sobre as questões de gênero relacionadas ao tráfico internacional de pessoas, ressalta como essas brasileiras têm sido confundidas com prostitutas (com todo respeito que temos às profissionais do sexo).

O estudo também salienta a tendência de autoridades dos países europeus, sobretudo Portugal, Itália, França, Espanha e Inglaterra - que, pela ordem, aparecem como os que mais "devolvem" brasileiras - de tratarem mulheres desacompanhadas e jovens, vindas do nosso país, como potenciais imigrantes ilegais.

Marina de Oliveira enfatiza inclusive o constrangimento pelo qual essas brasileiras têm que passar tanto aqui no Brasil – aguardando um tempo maior que o de outras pessoas para terem seus vistos aprovados –, quanto nesses países, onde suas vidas são investigadas detalhadamente. Percebemos aqui, além do estereótipo “mulher-brasileira-jovem-e-desacompanha = provável prostituta”, a interdição da mulher no seu direito de ir e vir, e a de usar seu corpo como desejar, sob o pretexto do “controle do tráfico de pessoas”.

Outro estudo interessante realizado por Gislane de Melo (2004) foi em relação aos estereótipos de gênero também nos desportos. Citando Giovani (2002), Gislane de Melo ressalta que há uma certa “desejabilidade social” quanto à prática de determinados esportes. Os homens que praticam esportes com características de leveza, suavidade e delicadeza são vistos de forma estereotipada; por outro lado, as mulheres também são vistas assim quando praticam esportes que tenham o predomínio da força, da agressividade e da violência.

A historiadora Margareth Rago (2007) faz um interessante estudo das questões de gênero incorporadas na historiografia brasileira em meados do século XX. Segundo ela, até a década de 60, algumas elites brasileiras procuraram traçar um “perfil”, uma “essência” do brasileiro, e deram ênfase a uma índole pacífica, acomodada, preguiçosa, imitativa. Obras como, “Retrato do Brasil. Ensaio sobre a Tristeza Brasileira, de Paulo Prado, de 1928; Evolução Política do Brasil, de Caio Prado, de 1933; Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Hollanda, de 1936” (RAGO, 2007, §6); eram como matrizes para o pensamento social no Brasil e, com uma roupagem de validade científica, continham de fato um regime discursivo de verdade, produzido e reforçado constantemente:

(...) essas leituras históricas do passado formaram inúmeras gerações, moldaram a "consciência nacional", tornando-se uma das principais referências acerca da identidade nacional, lentes através das quais os brasileiros/as passaram a se olhar e a reconhecer sua própria imagem. (RAGO, 2007, §7)

De acordo com a autora, embora a “sexualidade tropical” tenha passado despercebida em todas essas obras, ela foi sobejamente usada como interpretação da realidade do brasileiro, como constitutiva da identidade nacional. É necessário, por isso, “desconstruir as narrativas históricas produzidas e reproduzidas incessantemente”. Narrativas como a de Paulo Prado, citado por Margareth Rago, em “Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza do Brasil” (RAGO, 2007, §15):

A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas. Para o erotismo exagerado contribuíram como

cúmplices - já dissemos - três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana. Na terra virgem tudo incitava ao culto do vício sexual... Desses excessos de vida sensual ficaram traços indeléveis no caráter brasileiro. Os fenômenos de esgotamento não se limitam às funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e psíquicas, acompanhadas de profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos, indo do nojo até o ódio. (p. 120).

Ora, os excessos sexuais não estão separados de quem os pratica ou dos motivos pelos quais são praticados. Não podemos dessa forma, falar de “traços indeléveis no caráter” de uma forma separada, como se a sexualidade, única e simplesmente, fosse uma entidade viva – como um vírus –, presente nas “mentes” pecaminosas da mulher indígena e da mulher negra, que – combinadas ao clima e à terra – estariam prontas a contaminar letalmente quem delas se aproximasse. E onde está então a volúpia e o desejo do homem europeu, branco, “explorador” em todos os sentidos? Não estamos idealizando o índio ou o negro como raças puras, pacíficas e sem nenhum traço de “maldade”. O erro está em posicionar o europeu como vítima quando, pelo contrário, estes foram responsáveis por: (1) invadir as terras tupiniquins, antes habitadas apenas pelos indígenas; (2) cometer genocídio dos povos indígenas; (3) subtrair a liberdade de africanos e africanas, trazendo-os para o Brasil, à revelia, para serem torturados(as) pelo regime da escravidão. Agora sim podemos perguntar: como se configuraria esse grupo caracterizado principalmente pelos comportamentos de genocídio, escravidão e dominação (inclusive sexual)? Creio que, esclarecidas essas premissas, podemos falar de um “constituir-se subjetivamente brasileiro”.

Outro trecho citado por Margareth Rago é o de Freyre, no qual ele afirma que “O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual”. Em primeiro lugar, no entendimento foucaultiano de que sexo e poder se interpenetram, é importante ressaltar a repetição do discurso colonizador de Freyre que acredita de fato em um surgimento da “vida brasileira” somente a partir da invasão portuguesa; segundo esse jeito de pensar, ou as pessoas que já existiam aqui não foram consideradas pessoas, ou somente foram reconhecidas como tais depois que lhes foram impostos uma doutrina (chamada de

catequização) e um “batismo” católicos. Em segundo lugar, a fala de Freyre divide de forma dicotômica um “eixo do bem” – os pobres europeus intoxicados –, e o “eixo do mal”, a sedução carnal e venenosa das índias. Como ressalta Margareth Rago (2007, §24), citando Freyre:

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho." (p. 60)

Outra interessante analogia de Margareth Rago é sobre o mundo público e privado. Este último é marcado por uma forte característica sado-masoquista vivida na relação entre senhor e escravo. Essa relação vai se transferir para a esfera pública, caracterizando assim as muitas das relações sociais brasileiras.

Margareth Rago aponta como essas discussões ficaram obscurecidas já que, no processo de historicização de uma brasilidade, o foco esteve mais presente no discurso racional do que em outras formas de conhecimento, mais na teoria do que na prática, mais nas questões políticas e econômicas do que nas culturais. E, na citação seguinte, diante de tanta xenofobia e etnocentrismo, a autora pergunta se o Brasil ainda teria chances:

Do olhar dos viajantes e inquisidores à historiografia, essas misóginas e fantasiosas representações sobre a "realidade brasileira" foram reproduzidas e repetidas indefinidamente, ensinando quem era e o que seria ser brasileiro. O resultado é a construção de um campo discursivo que, de ordem biológica, reforça a estigmatização do outro percebido como desvio, monstruosidade, diferença. Etnocêntrico e xenófobo, apreende o outro biologicamente como raça inferior; falocêntrico, institui o masculino como lugar da verdade e da perfeição. Neste imaginário, por exemplo, as índias nuas - pura animalidade - desejam entregar-se aos homens brancos, pois vivem em estado de natureza e não de sociedade. No reino da natureza exuberante, só mesmo a sexualidade desvairada poderia ter espaço. O Brasil, então, não teria chances? (RAGO, 2007, §23)

A arte e a literatura, como outro aspecto diferenciado de nossa sociedade, trazem consigo vários elementos que discutem e prescrevem nossas relações de gênero. Conforme ressalta González Rey (2005, p.217):

A sexualidade, no entanto, apresenta uma configuração complexa de sentidos que se produz de formas diferenciadas de sujeito para sujeito e de sociedade em sociedade, o que tem aparecido de modo muito mais claro na literatura que na psicologia.

O autor ressalta ainda que a sexualidade “é um sentido subjetivo, produzido na relação complexa entre as diversas formas de constituição subjetiva, individuais e sociais, e os cenários atuais dentro dos quais esses sujeitos atuam, que são geradores de sentidos dentro da diversidade de práticas que os caracterizam” (idem).

Em uma obra literária, o conto “A imitação da Rosa”, de Clarisse Lispector¹⁴, Ana Abiahy (2004, p.75), fala que a escritora retrata de forma sutil, mas inegável, a submissão à qual a mulher estava sujeita, ao ponto de ter que se anular diante dos outros, de negar seus próprios impulsos. Sua personagem, Laura, foi vítima de um colapso nervoso, e teve que ficar internada. Ao voltar para sua casa – junto ao seu marido – ela demonstra seu medo:

Era preciso tomar cuidado com o olhar de espanto dos outros. Era preciso nunca mais dar motivo para espanto, ainda mais com tudo ainda tão recente. E sobretudo poupar a todos o mínimo de sofrimento da dúvida. E que não houvesse nunca mais necessidade da atenção dos outros - nunca mais essa coisa horrível de todos olharem-na mudos, e ela em frente a todos. Nada de impulsos. (LISPECTOR, 1998, 45).

É interessante o cuidado que Laura tem em não deixar que os outros duvidem de sua sanidade, e o cuidado de poupar aos outros o “mínimo sofrimento da dúvida”. Ou seja, as atitudes, o modo de ser de homens e mulheres da época de Laura, seguiam uma “rigidez” à prova de dúvidas, inquebrantável e engessada em seus estereótipos. Laura conclui ao final “nada de impulsos”: essa fala corrobora o que descrevemos em parágrafos anteriores sobre a “matrona assexuada”, que deve, como esposa fiel, refrear qualquer sinal de “devassidão” – ainda que seja com o próprio marido.

Ou seja, é preciso a todo o tempo provar ao outro, não só o sexo que se tem, mas o sexo que NÃO se tem: o homem foge ferozmente de tudo que pode se assemelhar ao sexo

¹⁴ LISPECTOR, Clarice. A Imitação da Rosa. In: *Laços de Família*. 1960. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

feminino, e a mulher, por sua vez, procura ao máximo se encaixar nos moldes delicados estabelecidos para ela.

Segundo Ana Abiahy (2004), no decorrer da trama literária de Lispector, Laura tenta a todo custo se encaixar nesse modelo de mulher perfeita e submissa que lhe é cobrado. Mas aos poucos não consegue calar suas vozes interiores e “embarca no ‘trem’ da insanidade”.

Riane Eisler (1996) enfatiza que as histórias infantis que ensinamos de maneira inocente para nossas filhas falam muitas vezes da salvação de mulheres passivas por homens ativos. Contos como “Chapeuzinho Vermelho”, “A Bela Adormecida” e “Cinderela” são provas claras disso. Em “Chapeuzinho Vermelho”, quem salva a avó de Chapeuzinho do lobo é um homem: o lenhador. Em “Bela Adormecida”, é um príncipe que, com um beijo, desperta a Bela Adormecida de seu sono centenário. E em “Cinderela”, é um príncipe que vem a procura de Cinderela para resgatá-la da servidão; é interessante notar que, nesse caso, todas as mulheres foram obrigadas a experimentar o sapato de cristal, mas apenas o pé de Cinderela se encaixou nele; um ritual bem similar é a troca de sapatos que é feita nas festas de debutantes, na qual o pai da noiva troca os seus sapatos. Quando a menina cresce, segundo Riane Eisler (idem) ela também precisa se “encaixar” em um modelo de corpo, de beleza padrão, de comportamento para ser digna de um príncipe.

Voltando ao romance de Clarisse Lispector, a tentativa de Laura é a de se tornar invisível, de não ser percebida. Segundo Ana Abiahy (2004, p.77) “O estado ‘normal’ para Laura só seria alcançado na volta à ‘insignificância’ porque é esse o papel considerado ideal para uma mulher de sua época, segundo os conceitos adotados por ela”. Laura cria inclusive uma imagem artificial para tentar viver em coletividade, e acredita que sendo essa mulher perfeita cumprirá sua missão no mundo (idem, p.85).

Ao contrário de Laura, a personagem Norma Lúcia, no romance “A casa dos budas ditosos” – quarto volume da série Plenos Pecados –, de João Ubaldo Ribeiro (1999), retrata a mulher liberal, aquela que experimenta várias possibilidades do sexo, inclusive as menos ortodoxas. Se pudéssemos criar um termo para a performance de Norma Lúcia nesse romance, seria o da “garanhona”, papel atribuído somente ao homem, para o qual a atividade sexual diversificada não só é permitida, mas também elogiada. Infelizmente, a mulher não goza do mesmo *status*, e para as mesmas práticas, receberia um nome com conotação depreciativa – por exemplo, “galinha”. A protagonista Norma Lúcia vai além e, desde menina, na casa da fazenda, em Salvador, onde mora com os pais, tem um tipo de iniciação sexual que passaria como perfeitamente comum se fosse contada por um homem, mas que, na performance de uma mulher, soa como “perversão”.

O comportamento subversivo de Norma Lúcia coloca em xeque o desejo feminino, construído durante muito tempo sob a crença de ser sempre precedido pelo amor, ou por outras características mais sutis, e não é apenas “sexo pelo sexo” como acontece com os homens. A mulher protagonizada por João Ubaldo Ribeiro (*idem*), reivindica o direito ao desejo incondicional, ao gozo, ao prazer¹⁵.

Infelizmente, a arte também apresenta a faceta de “conserva cultural”, e é utilizada para dar continuidade, ou para ratificar o que as pessoas devem afirmar sobre si mesmas, suas verdades. Segundo Margareth Rago (2007), figuras como o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato tiveram um forte apelo no imaginário popular, assim como a já citada “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre.

Margareth Rago lembra também Macunaíma, de 1928, do modernista Mário de Andrade, na qual o herói, ou anti-herói “é um homem da natureza, como os nossos antigos

¹⁵ Cabe ressaltar que só recentemente a “ejaculação precoce” foi apontada como problema, pois antes a mulher não tinha direito ao gozo, não podia manifestar que o gozo excessivamente rápido do parceiro não tinha sido sequer suficiente para provocar a excitação adequada desta.

habitantes, que se diverte todo o tempo ‘brincando com as cunhãs’, ou prostitutas, que, por sua vez, se divertem e deliram todo o tempo”. O ingresso desse herói na civilização “se faz através de três lindas e alvas cunhãs, com quem ele passa a noite e para quem paga quatrocentos bangarotes” (RAGO, 2007, §17).

É dessa literatura, e da história, que – segundo alguns escritores do início do século XX, e criticados por Margareth Rago (idem) –, surge então um povo fraco, indolente e muito sexualizado, “traço que indica seu grau de atraso cultural, o predomínio do lado instintivo sobre o racional, o que o torna, por sua vez, inadequado para construir a Modernidade”. Margareth Rago questiona se não haveria certo medo, por trás desses escritos misóginos, racistas. Um medo talvez da “(...) degeneração da raça, do escurecimento em vez do embranquecimento populacional que tanto queriam, medo do predomínio do instinto sobre a razão, medo de uma ‘*psyché* racial’ que predeterminaria os brasileiros ao fracasso”.

Para concluir esse olhar sobre o gênero na cultura brasileira, vale citar Enzo Bazzo (2004) que denuncia alguns aspectos das incoerências do gênero na cidade de Brasília/DF. O autor, de forma irreverente e debochada, faz uma análise da forma como a sexualidade e a infância se inter-relacionam. Enzo retrata nas cenas mais prosaicas a forma profundamente social que perpassa as questões do gênero. Para chegar a essas conclusões, ele percorre, além das ruas de Brasília, paisagens, praças, hotéis, becos e situações impressionantes em Sevilha, Granada, Tanger, Marrocos, Katmandu e Paris. Enzo conclui que as grandes vítimas das ditas “perversões” acabam por ser os mais fracos e indefesos. Como afirma Foucault (2006, p.46), “Em compensação o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas”.

1.3 – A “desnaturalização” do gênero: uma crítica pós-estruturalista

O caminho que percorremos nos dois tópicos anteriores partiu do “sexo naturalizado” ao “gênero cultural”. No entanto, para irmos mais adiante, devemos agora também colocar o gênero em cheque. E para isso, vamos mais uma vez tomar como ponto de partida as obras de Foucault, abordando logo em seguida outros autores, dentre os quais, a filósofa Judith Butler.

Judith Butler (2003, p.18) concorda com Foucault quando chama a atenção para os sistemas jurídicos de poder que, em primeiro lugar, produzem os sujeitos, e, em segundo lugar, passam a representar os próprios sujeitos criados. Segundo Judith Butler, essas estruturas jurídicas de poder regulam a vida política de forma “negativa”, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e até “proteção” desses indivíduos dentro daquela estrutura política, indivíduos esses que são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências dessas estruturas jurídicas.

A partir desse entendimento, Judith Butler (2003) vai apontar para as estreitas interseções que há entre o gênero e as modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais que são discursivamente constituídas. A autora afirma ainda que “Resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2003, p.20).

Dessa forma, não se pode pensar em uma decomposição do sujeito em categorias elementares, ainda que essa categoria seja o próprio gênero. Como ressalta González Rey (2005, p.266):

O reconhecimento da subjetividade como sistema complexo, impossível de ser decomposto em seus componentes elementares, o define como um sistema dialógico-dialético que de forma constante se desenvolve dentro de outros sistemas em relação aos quais atua em sua dupla condição de constituinte e constituído.

Por isso mesmo, não podemos tomar agora o conceito de gênero e transformá-lo também em algo substantivo, sob pena de cairmos na mesma armadilha de colocar o sexo como base para os papéis sexuais. Como ressalta Judith Butler (2003, p.29) “Como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes.”

Como é nossa intenção nesse trabalho investigar as configurações do gênero na subjetividade, achamos bastante pertinente a categoria que nos propõe González Rey (2005) chamada de “configuração subjetiva”, definida por ele mesmo como a “integração dos diferentes sentidos que se integram de forma relativamente estável na organização subjetiva de qualquer experiência” (GONZÁLEZ REY, 2005, p.256). A nosso ver, essa categoria, que abrange também as questões do gênero, nos permite entender o sujeito de uma forma mais dinâmica, sem ser relativista, pois as configurações, segundo o mesmo autor, embora tenham a capacidade de variar em alguns de seus sentidos, também têm “núcleos de sentido” mais estáveis que entrarão em oposição a aspectos novos da experiência do sujeito.

Dessa forma, falar de uma “configuração subjetiva” não é reduzir o sujeito, por exemplo, a papéis reificados de masculino e feminino. A crítica de Judith Butler (2003) reside nesse ponto, o de entender que, quando falamos de um gênero essencialmente “feminino”, por exemplo, acabamos por reificá-lo. A autora faz o seguinte questionamento “Existe uma região do ‘especificamente feminino’, diferenciada do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta e conseqüentemente presumida das ‘mulheres’?” (BUTLER, 2003, p.21). Ela entende que na noção binária do masculino/feminino, a “especificidade” do feminino é novamente “descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a ‘identidade’ como tornam equívoca a noção singular de identidade.” (idem).

Judith Butler ressalta ainda que as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo do poder, e propõe a tarefa de formular, no interior dessas estruturas constituídas, “uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.” (BUTLER, 2003, p.22). Segundo a autora, a hipótese de um sistema binário dos gêneros traz implicitamente a crença em uma “relação mimética” entre a categoria gênero e o sexo, no qual o gênero irá refletir o sexo ou ser por ele restrito.

Além da dicotomia “gênero” e “sexo”, criticada por Judith Butler, é muito comum também utilizarmos as categorias “interno” e “externo”. González Rey (2005) ressalta que a partir das idéias de sistema dinâmico de sentidos, Vigotsky vai além da dicotomia do externo e interno, propondo uma nova definição ontológica da psique, que é ao mesmo tempo sistêmica e processual, e se mostra como organização e processo simultaneamente.

Talvez seja por esse caráter sistêmico e processual, que Rita Segato (1997) acredite inclusive que o gênero não seja exatamente observável, já que se trata de algo abstrato, que se “transveste de significantes acessíveis aos sentidos, mas que não se reduz nem se fixa a esses.” (SEGATO, 1997, p. 248).

Dando continuidade às idéias de Foucault, além do gênero, Judith Butler (2003) questiona também o sexo. A autora faz o seguinte questionamento: “Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais?”. E argumenta que talvez não haja nenhuma diferença entre sexo e gênero, ou seja, se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado de “sexo” também seja tão culturalmente construído como o de gênero. Dessa forma, para Judith Butler (2003, p.25) talvez o sexo tenha sempre sido o próprio gênero:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

Rita Segato (1997) concorda com Judith Butler e enfatiza o conceito de “matriz heterossexual”, como a matriz “primigênia do poder”, como a primeira ocorrência do poder na vida do sujeito. Para essas autoras, essa matriz é uma estrutura mais cognitiva do que empírica, e agrega – à morfologia macho/fêmea – um conjunto de significados distribuídos na matriz binária masculino x feminino, criando assim uma dualidade dos gêneros na cultura e na história.

Se o advento do feminismo levantou a bandeira da “luta pela igualdade de gênero”, Judith Butler propõe agora uma “segunda bandeira”, a de reconhecer que não existem modelos estabelecidos de um homem ou uma mulher original; e se esses modelos não existem, não há também meios de comparação, o próprio homem e mulher clássicos apenas encenam papéis, e não são “originais” que podem ou não ser imitados.

Nem os gregos, que tinham flexibilidade sexuais que para muitos parecem bizarras, conseguiram se desvencilhar das armadilhas presentes nos discursos sobre o sexo. Sobre isso, Foucault (2005, p.32) ressalta que as relações entre homens eram aceitas mas a relação entre mulheres era considerado algo “fora da natureza”, porque usurpava o papel do homem, que é o do “possuidor”. A mulher não poderia, usando de artifícios, “possuir” outra mulher. Ao passo que entre os homens não haveria uma transgressão da natureza; nesse caso, a penetração, forma de relação privilegiada, ato viril por excelência, estava dentro dos “atos conforme a lei grega”. Até o ato de uma mulher sonhar mantendo relações com outra era algo que simbolizava mau presságio: separação do marido, viuvez.

Os questionamentos sobre a forma como nossa sociedade lida com a sexualidade não são novos. Em seus estudos, Foucault resgata um dos episódios de Diógenes Laércio, em que ele afirma que tudo fazia em público, as refeições e o amor, e argumentava da seguinte forma “se não há mal em comer, também não há em comer em público” (FOUCAULT, 2007, p.52-53), e via a masturbação como a forma mais simples de acalmar seu apetite sexual; até se lamentava de não poder fazer o mesmo com a fome e com a sede: “Praza ao céu que bastasse esfregar a barriga para acalmar a fome” (idem).

Passados mais de 2000 anos das críticas do cínico Diógenes, Gaiarça (2005, p.172) também tece as mesmas indagações, e se pergunta por que é tudo tão óbvio e ao mesmo tempo tão impossível.

REPARTIR é uma palavra simpática – todos acham – da área da comida, do dinheiro, das coisas. Quem reparte é bom, repartir é louvável, saudável, admirável e lindo.

Mas repartir gente – surge sozinha a lembrança do esquimó a repartir sua mulher com o hóspede – provoca em quase todos um movimento primeiro de incredulidade e logo depois de indignação. Que cinismo! Que degradação!

No entanto, dinheiro, comida e coisas são consumidas – desaparecem: gente está sempre aí, não se estraga nem diminui ao ser repartida. Entre vários, o amor M U L T I P L I C A - S E – multiplicam-se as probabilidades de encontro, de convívio, de prazer – de briga! – de vida...

É tudo tão óbvio. É tudo tão impossível.

A “desnaturalização” do conceito de gênero proposta por Judith conclui como as experiências do gênero são falsamente naturalizadas por meio de uma ficção reguladora da “coerência heterossexual”. A autora cita como exemplo o do travesti que imita o gênero, que anuncia ao mesmo tempo um “ser mulher por fora”, que convive com um “ser homem por dentro”: “Ao imitar o gênero, o *drag*¹⁶ revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência” (BUTLER, 2003, p.196).

¹⁶ Os termos travesti e *drag*, utilizados por Judith Butler, fazem parte de um grande espectro de termos GLBTs que julgamos pertinentes descrever aqui:

GLBT (ou LGBT): acrônimo para “Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros”, utilizado sobretudo na esfera política e por incluir o maior número de pessoas na comunidade:

Gay: termo usualmente empregado para descrever homens atraídos amorosamente, fisicamente e espiritualmente por outros homens. *Gays* não precisam ter tido experiências sexuais com outros

Por esse motivo, Judith propõe a teoria “performativa”, entendendo que os atributos e atos do gênero – as maneiras como o corpo mostra sua “significação cultural” – são uma performance, e que não há uma identidade preexistente, cujos atos possam ser medidos. Partindo desse princípio, segundo a autora, “não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora.” (BUTLER, 2003, p. 201).

Monteiro (1997) enfatiza esse ser mutável, marcado pelo “não centro”, que não quer dizer a inexistência de um centro, mas apenas que o sujeito não tenha que ter sempre um mesmo centro, conforme afirma Derrida (s/d, p. 121-122)¹⁷, citado por Monteiro (1997, §25): “Esta afirmação determina então o não-centro, mas não como perda do centro.”

homens. Na verdade, não precisam ter tido qualquer experiência sexual para se identificarem como gays. O termo também pode ser usado num sentido coletivo, para descrever toda a comunidade GLBT.

Lésbica: mulher que é atraída amorosamente, fisicamente e espiritualmente por outras mulheres. Lésbicas não precisam ter tido experiências sexuais com outras mulheres. Na verdade, não precisam ter tido qualquer experiência sexual para se identificarem como lésbicas.

Bissexual: indivíduo amorosamente, fisicamente e espiritualmente atraído tanto por homens quanto por mulheres. Bissexuais não precisam ter tido experiências sexuais equivalentes com homens e mulheres.

(continua na página seguinte...)

Na verdade, não precisam ter tido qualquer experiência sexual para se identificarem como bissexuais.

Transgênero: termo genérico utilizado para designar indivíduos que agem social e particularmente como pertencentes ao sexo oposto. Desta forma, pode ser empregado tanto para descrever transexuais quanto travestis, indistintamente.

Outros termos são:

Drag Queen: homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante. Ao contrário do transformista, focaliza mais o humor, o exagero. Há também o inverso, **Drag king**, mulher que se veste com roupas masculinas, porém, ao contrário da *drag queen*, não necessariamente com intenções satíricas ou de humor. Ainda são pouco numerosos no Brasil.

Transformista: indivíduo que se veste com roupas do sexo oposto movido por questões artísticas.

Transexual: indivíduo que tem convicção de pertencer ao sexo oposto, o que pressupõe desejar suas características fisiológicas, muitas vezes obtendo-as por meio de tratamento e cirurgia.

Travesti: homossexual que se veste e se comporta social e mesmo particularmente como se pertencesse ao sexo oposto, o que, não raro, se complementa em alterações corporais alcançadas por meio de terapias hormonais, cirurgias plásticas, etc..

Cross-dresser: termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que se vista com roupas do sexo oposto. No Brasil é mais utilizado para descrever transformistas e *drag queens/drag kings* indistintamente.

GLS: Acrônimo para “Gays, Lésbicas e Simpatizantes” que se popularizou por designar, numa única sigla, não só os gays e lésbicas, mas também aqueles que, independentemente de orientação sexual, são de alguma forma solidários e abertos em relação à sua luta e/ou maneira de ser.

(Disponível em: <http://www.armariox.com.br/htm/glossario.htm>. Acessado em: 13 nov. 2007)

¹⁷ DERRIDA, Jacques. *A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas*, in *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Eduardo Prado Coelho (org.). Martins Fontes, s/d.

Monteiro (1997, §27), a partir de uma perspectiva niilista, critica também a idéia de imutabilidade, de essência, de natureza do sujeito, e abre um leque “possibilidades” que liberta o sujeito dos papéis engessados sob os quais ainda temos vivido: “Nós não somos no sentido metafísico homens, mulheres, heteros e homos, mas estamos, como poderíamos estar outra coisa. Nós somos num sentido não metafísico, imutável, essencial”. O autor explica que se um indivíduo milita politicamente em um movimento homossexual, por exemplo, e assume essa identidade, freqüentando inclusive lugares *gays*, isso não representa seu ser, sua natureza, pois representa apenas uma ação política. Segundo Monteiro (idem), “Ele/ela poderia, quem sabe, negar isto e se tornar bissexual, abandonar a militância política, ou mesmo se tornar heterossexual, se casar e ter filhos. Seriam outras interpretações, outras posições que a pessoa estaria assumindo.”

Monteiro (1997, §6), ratificando o pensamento de Judith Butler, ressalta como as mulheres e os homens também estão interpretando ideais de um “gêneros originais” que não existem, que são tão fictícios como a performance de uma *drag queen*, que nessa performance não está dando vazão a nenhuma dita “natureza” ou “instinto”:

Este olhar pós-estruturalista, baseado também em Nietzsche, é necessariamente nihilista por negar a essência ou um ser que exista previamente às nossas representações e as determine *a priori*. Tanto o homossexual ou a *drag queen* interpretam um ideal de masculinidade/feminilidade sem nenhuma possibilidade de se chegar ao original quanto um heterossexual ao se vestir/fantasiar de homem ou mulher está interpretando ideais de gênero e necessariamente representando, não dando vazão a nenhum instinto ou natureza.

De um ponto de vista também niilista¹⁸, Vattimo (1988)¹⁹, citado por Monteiro (1997, §12), questiona a validade das verdades metafísicas escondidas por trás das idéias de “imutabilidade e essência” do divino, do humano ou da natureza:

¹⁸ Dentre vários significados de niilismo, utilizo aqui o seguinte: “*no nietzschianismo, negação, declínio ou recusa, em curso na história humana e esp. na modernidade ocidental, de crenças e convicções - com seus respectivos valores morais, estéticos ou políticos - que ofereçam um sentido consistente e positivo para a experiência imediata da vida*”. (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Ed. Objetiva, dez. 2001)

¹⁹ VATTIMO, Gianni. *The End of Modernity: Nihilism and Hermeneutics in Postmodern Culture*. Translated by Jon R. Snyder. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.

Nihilistic thought seeks to show that metaphysical truths simply express the subjective values of a given individual or social group, not the immutable, unchanging essence of either the divine, human or natural world. [...] The project of nihilism is to unmask all systems of reason as systems of persuasion, and to show that logic - the very basis of rational, metaphysical thought - is in fact only a kind of rhetoric. All thought that pretends to discover truth is but an expression of the will to power - even to domination - of those making the truth-claims over those who are being addressed by them; in particular, the disinterested, scientific, wholly rational search for the objective, neutral truth of a proposition is an illusion produced by metaphysical thought for its own benefit. In the perspective of nihilism, Nietzsche points out, the difference between error and truth is always a delusory one; and to do away with one means to do away with the other as well. (VATTIMO, 1988:xii).

Concordamos com Vattimo, quando afirma que há uma vontade de poder e de dominação por trás dos pensamentos que procuram estabelecer “verdades”. A própria ciência – com sua verdade neutra, e com sua busca por objetividade – acaba por repetir essas verdades metafísicas, e em seu próprio benefício. As concepções de gênero disseminadas na nossa cultura estão eivadas por essa retórica.

Capítulo II – Um olhar sobre o gênero nas organizações sociais

A cultura abarca todas as formas de expressão humana, e dentre essas formas, queremos destacar aqui as organizações sociais, visto que estas têm um papel preponderante na transmissão dos discursos e que, por isso mesmo, acabam constituindo as configurações dos sujeitos e sendo também constituídas, de forma complexa e contraditória, pela própria subjetividade subjetiva.

Embora as organizações sociais sejam representadas como muito maiores e externas ao sujeito, elas não são onipotentes. Muito pelo contrário, Touraine (1998, p.92)²⁰, citado por Fernando González Rey (2005, p.231), ressalta que “Não apenas a sociedade não se tornou um sistema onipotente, como ela é impotente para produzir-se e reproduzir-se a si mesma: ela depende, de fato, da capacidade do sujeito para superar a decomposição do social”.

Como ressaltamos durante este trabalho, a visão sócio-histórica do homem é fundamental para a compreensão dos fenômenos psicológicos do sujeito, dentre os quais destacamos as questões de gênero. O sujeito, como o compreendemos, se constitui de forma material e dialética na sociedade. Ele está intrinsecamente ligado àquilo que produz e que transforma. Como ressalta Ana Bock (2007), conhecer o fenômeno psicológico dessa forma implica em retirá-lo de um campo abstrato e idealista e dar-lhe base material. E, assim como os conceitos de gênero, o fenômeno psicológico será retirado do campo abstrato e idealista, e ganhará uma base material, abandonando-se visões metafísicas que o entendiam como algo que surge no homem ou na mulher, e que já estava lá em estado embrionário, que apenas se atualizou com o amadurecimento humano.

²⁰ TOURAINE, A. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Escolhemos então alguns episódios breves sobre os discursos de gênero reproduzidos na mídia, na religião, na saúde e nas leis, materializados nas instituições e empresas que se apropriaram, muitas vezes de forma arbitrária e despótica, desses saberes e fazeres, produzindo significados sociais. Como ressalta Maria da Graça Gonçalves (2003), esses significados sociais expressam interesses concretos, e são definidos “historicamente” pela contradição de classes, “a atividade do indivíduo insere-se nesse contexto social fundado sobre a existência de classes com interesses concretos diferentes. Essas determinações históricas e contraditórias estão presentes, enquanto mediações, na relação atividade – consciência.” (GONÇALVES, 2003, p.42) (grifamos).

2.1 - O Gênero e as Empresas de Comunicação

Durante a idade média, no ocidente, período em que o sistema de ensino não tinha a abrangência de hoje, e em que os poucos escritos não chegavam ao conhecimento da maioria, a igreja católica se constituiu por excelência como a grande comunicadora entre o sujeito e as esferas de poder. Bastava o sino das torres das igrejas tocarem, para que lá se dirigissem os fiéis. Além das horas, as badaladas do sino comunicavam os quartos de horas, os momentos das missas, os momentos de festa, e até a morte de alguém. Durante a missa, principalmente quando esta era em latim, um dos rituais de maior destaque era o da homilia, momento em que os fiéis ouviam o que o padre tinha a lhes comunicar. Falaremos mais à frente, no tópico “O gênero e as instituições religiosas”, sobre a forte influência desses ritos religiosos nos papéis sexuais dos fiéis.

Com a criação da imprensa, do telex, do rádio, da televisão, e ultimamente da informática, outra janela se abriu para o mundo: a dos meios de comunicação social. Coincidentemente, a maioria de nossos computadores atualmente possui um programa chamado *Windows* (“janelas”, em inglês). E hoje é principalmente por meio dessas “janelas”

que enxergamos o mundo, que entramos em contato com as novas “homilias”, com os novos discursos.

A diversidade de discursos a que temos acesso hoje nos impõe uma nova tarefa: não basta apenas ler, ouvir, ou assistir àquilo que a mídia transmite; é necessário também saber QUEM comunica, PORQUE comunica e PARA QUEM comunica. O conteúdo de uma notícia midiática impressa, por exemplo, não é neutro. Além do fato relatado, ele contém a história de quem o viu: por que deu atenção a esse episódio e não a outro? Por que escolheu escrever sobre ele? Por que priorizou alguns detalhes sobre determinado fato e não outros detalhes? Que palavras específicas utilizou para dar como manchete do fato? É a partir dessa perspectiva que trataremos dos discursos sobre o gênero da mídia. Utilizaremos aqui a palavra “discurso” para expressar a ideologia transmitida na linguagem falada e escrita, mas também, nas outras linguagens (sons, imagens) utilizadas pela mídia, e que estão carregadas de simbolismos relacionados ao gênero..

Ratificando o que vimos de forma teórica no capítulo sobre Gênero e Cultura, os papéis binários masculino e feminino são constantemente representados na mídia. A novela, por exemplo, não diz explicitamente “como ser” homem ou mulher; ela simplesmente mostra os personagens “sendo”; ela não diz *ipsi literis* que quem nasceu fêmea deve ser dessa ou daquela forma; não há questionamento, a mulher simplesmente “é”, e segue um ideal de corpo e comportamento feminino, com um *script* pronto. A mídia faz parecer ainda que existe uma relação direta, natural e inseparável entre a biologia e esses papéis de gênero prescritos.

Nucia de Oliveira (2000) faz um interessante estudo sobre as representações de beleza divulgadas pela mídia. Citando Greico²¹, ela ressalta que, entre os séculos XV e XVII, o ideal de corpo feminino da aristocracia era o de uma mulher mais roliça e de seios grandes,

²¹ GREICO, Sra F. Matthews. Corpo, aparência e sexualidade. In: *História das Mulheres no Ocidente: do renascimento à idade moderna*. Vol. 3, p.81-82.

e que foi precisamente o período no qual a aristocracia passou a ter abundância de alimentos, mudando significativamente seus hábitos alimentares de um período de escassez para um período de fartura. Mais uma vez a cultura, da qual a mídia também é integrante, reproduz “modelos a seguir”; modelos que são prescritos POR alguém e PARA alguém.

O ideal de mulher é transmitido assim por aqueles que têm o poder sobre o aparelho midiático: seus donos e seus patrocinadores, que na maioria das vezes são representantes de um setor dominante da sociedade. São eles que, de forma preponderante, divulgam valores como o da beleza feminina: corpos magros, cinturas finas, pele clara, cabelos lisos (OLIVEIRA, 2000); e que estabelecem uma relação direta entre o “ser mulher” e as características como sensibilidade e delicadeza (mãos e pés pequenos, pele aveludada e fina) e reprodução (ancas largas, seios generosos). Tudo o que diferir dessas características femininas, ou seja, tudo o que se assemelhar ao homem será considerado anomalia (OLIVEIRA, 2000), citado por Knibiehler²² (1994).

É importante ressaltar que há uma “influência mútua”, uma relação dialética – e não apenas unilateral – na forma como a mídia comunica o conceito de gênero e como a sociedade reage a esses conceitos. Como ressalta Scott²³, citado por Nucia de Oliveira (2000, p. 173):

Quando as(os) historiadores buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais elas(eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política.

Pode-se ainda perceber a forma dialógica como se inter-relacionam mídia e sociedade que, como ressalta Nucia de Oliveira (2000, p.174), “as estratégias discursivas e as

²² KNIBIEHLER, Yvone. *Corpos e Corações*. 1994, p.352.

²³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 1990, p. 16.

práticas de representação dizem muito a respeito dos percursos que ainda instituem as relações hierárquicas construídas sobre homens e mulheres e vice-versa”.

Nucia de Oliveira (2000, p.182), comentando a obra de Laqueur²⁴, ressalta que este vai mais além e enfatiza o gênero, e não o sexo, como eixo do processo de construção:

Este autor propõe que sexo e corpo sejam entendidos como "epifenômenos", enquanto o gênero, que aceitaríamos com a categoria cultura, seria o "real". Sua tese é "*mostrar, sobre la base de pruebas históricas, que casis todo loque se dese decir sobre el sexo - como quiera que se entienda éste - ya ha sido reivindicado para el género*".

Dentro desse discurso “real” sobre o gênero, encontramos também os discursos que parecem aceitar as diferentes identidades sexuais, mas que, ao contrário, mantêm essas “diferenças” dentro de determinados limites, conforme afirma Ellis Regina da Silva (2004, p.210) “É preciso ressaltar que esse discurso que, em princípio, deveria ser de transgressão, também fixa limites e padrões de produção e consumo”. Moraes e Lapeix²⁵ (1985), citado por Ellis Regina da Silva (2004, p.211) também enfatiza que vivemos sobre uma “liberdade condicional”: “(...) é uma mistificação da repressão, que conduz os indivíduos a uma liberdade condicional, sob vigilância de esquemas reducionistas”.

Segundo Ellis Regina da Silva (2004, p.211), “As autoras descrevem esse discurso libertino como a outra face do discurso da moral. Na articulação de ambos, encontram-se os mecanismos de controle e poder”. Em contrapartida, cada sujeito tem um modo particular de enxergar e reagir a esses discursos. No caso da pornografia, por exemplo, há um ingrediente particular do ser humano que é a fantasia que, segunda as autoras citadas, vai contra a tentativa de homogeneização da sexualidade.

A autora também cita Foucault (1999), quando este enfatiza que nos últimos três séculos, ao contrário do que se acreditava, foram inventados vários “aparelhos” para se falar do sexo, para divulgá-lo, para fazê-lo falar de si, ou seja, para incitá-lo ao mesmo tempo em

²⁴ LAQUEUR, Thomas. *La construccion del sexo - Cuerpo y genero desde los griegos hasta Freud*. p. 33 s/d.

²⁵ MORAES, Eliana R. e Sandra M. Lapeix (1985, p.47).

que o regula. Esse discurso é paradoxal, pois, segundo Ellis Regina da Silva (2004), cai em extremos, como é o caso do estereótipo feminino que ora retrata a “santa mãe” e “rainha do lar”, e ora a “prostituta pecadora”.

Ainda falando sobre a pornografia, a autora ressalta o empenho que houve para a regulamentação do material pornográfico já que o mesmo era prejudicial, pois distraía as pessoas de suas “obrigações pátrias (combate, reprodução e trabalho produtivo)”. Esses discursos são responsáveis inclusive pela diferenciação “normatizadora” e “moralizante” entre o erótico e o pornográfico, como ressalta Lúcia²⁶ (1984, p.20), citada por Ellis Regina da Silva (2004, p.219):

(...) com o surgimento da indústria cultural, a distinção entre material pornográfico e material erótico recai forçosamente sobre a diferença entre cultura popular e cultura erudita. Passam a ser consideradas eróticas as chamadas obras de arte que abordem temáticas vinculadas à sexualidade; enquanto são considerados pornográficos os materiais sobre sexo, geralmente produzidos em série, e com o objetivo prioritário de comercialização e consumo."

De acordo com Green (2000), citado por Ellis Regina da Silva (2004), e falando ainda sobre os estereótipos, jornais como o Pasquim – de divulgação em todo o país – faziam piadas grosseiras sobre “bichas”, ou seja, sobre os homens afeminados que não se transformaram em cópias perfeitas de modelos femininos ou que não tinham a virilidade masculina. Segundo o estudo, o próprio Pasquim teria sido responsável pela divulgação nacional do estereótipo contido no termo “bicha”.

As novelas da TV, por exemplo, costumam mostrar um cenário idealizado sobre o casamento entre classes sociais diferentes. Emma Otta (1998, p.227) tece a seguinte crítica:

Mecanismos de discriminação e segregação de grupos sociais com base em característica físicas emergem, assim, como fatores limitantes do universo em que se escolhem parceiros, posto que impõem uma endogamia protegida por sanções variadas. Das mulheres brancas que se associam a parceiros negros, por exemplo, disse que não reúnem atributos suficientes para obter um companheiro de mesma extração racial. Presume-se, por isso, que sejam elas portadoras de alguma “falha” ou “defeito” – um estigma, enfim – o que as levaria a estabelecer uma união considerada desigual. Vislumbra-se aqui uma indisfarçável relação entre “impureza” e distância social.

²⁶ Lúcia Castello Branco (1984, p.20)

Concluímos aqui que a mídia, por se constituir como uma “janela” valiosa e imprescindível para enxergarmos o mundo, deve também representar a diversidade de todos os gêneros, etnias, credos, e não veicular preferencialmente o discurso de apenas uma parte dessa sociedade plural.

2.2 - O Gênero e as Instituições Religiosas

As instituições religiosas representaram ao longo da história da humanidade um elemento não só significativo, mas constitutivo da vida de muitas pessoas. Por esse motivo, não podemos falar de gênero sem falar da religião, ou de suas representantes diretas: as igrejas, que se tornaram instituições sociais e, mais ultimamente, são até empresas. As igrejas sempre tiveram uma postura quanto ao gênero, ora prescrevendo papéis, ora censurando atitudes, embora, em muitas vezes, essa postura não tenha ficado tão clara e evidente, visto que já nascemos imersos nos papéis sexuais catequizados pela religião há séculos.

Para Michel Foucault (2004) a moral cristã se difere das morais pagãs pelas seguintes regras: monogamia; função da sexualidade exclusivamente para a reprodução; e, desqualificação do prazer sexual, visto que este é um mal que deveria ser evitado. Essas características não foram todas criadas do nada, muitas delas vieram de uma moral de origem estóica e foram baseadas em estruturas sociais e ideológicas do Império Romano.

Para Mott (1994), a “sexofobia” é um traço definidor da moral sexual judaico-cristã. Ao contrário de várias culturas, nas quais tanto deuses e sacerdotes praticavam todo tipo de “perversões sexuais”, consideradas por vezes até virtuosas, a religião judaica tem verdadeira dificuldade em conviver com os “vícios da carne”. Para Mott (1994, §2):

Javé - diferentemente dos Orixás, de Apolo e Tupã - é um deus assexuado. O céu judaico-cristão - tão diverso dos congêneres dos muçulmanos e germanos - é um paraíso assexual, onde os que na terra foram virgens ou celibatários estarão mais próximos do trono do Cordeiro e da Virgem Maria.

Outro aspecto pouco explorado por outros autores, e que ganha relevância em Foucault (2004), é a análise da “pastoral” na tradição judaico-cristã. Ele fala do poder pastoral como um poder individualista que, ao contrário do rei que salva a totalidade do Estado, o bom pastor deve ser capaz de cuidar dos indivíduos em particular, dos indivíduos um a um. Outro fator que se destaca nessa tarefa do pastor é o caráter compulsório para aquele que é cuidado, ou seja, a “salvação” não é uma opção, ela é obrigatória: “O poder do pastor consiste precisamente na sua autoridade para obrigar as pessoas a fazerem tudo o que for preciso para a sua salvação: salvação obrigatória” (FOUCAULT, 2004, p.68).

Segundo o autor, aceitar essa autoridade implica necessariamente em permitir que todas as ações do indivíduo cuidado sejam conhecidas. E o pastor poderá dizer sim ou não em relação a cada ação, pois ele, e somente ele, sabe o que deve ou não ser feito. Segundo Foucault (2004, p.69) “em uma sociedade cristã, o pastor é aquele que pode exigir dos outros uma obediência absoluta”. E esse é justamente o mérito para o cristianismo: o de que o fiel seja obediente, condição fundamental para se conseguir todas as outras virtudes.

Foucault vai ainda mais longe ao ressaltar que a investigação não se restringe às ações apenas, mas ao “interior do que se passa na alma, no coração, no mais profundo dos segredos do indivíduo” (FOUCAULT, 2004, p.69). E é nesse ponto que Foucault fala sobre a produção da verdade interior, da verdade subjetiva como elemento fundamental para o exercício do pastor.

A partir dessa necessidade – a do conhecimento do interior – foram desenvolvidas técnicas específicas para esse fim. Como ressaltava Foucault (2004, p.71):

Creio que a técnica de interiorização, a técnica de tomada de consciência, a técnica do despertar de si sobre si mesmo em relação às suas fraquezas, ao seu corpo, à sua sexualidade, à sua carne, foi a contribuição essencial do cristianismo à história da sexualidade.

É dever então de cada cristão efetuar esse exercício de investigação do que se passa em seu interior, identificando “as faltas cometidas, as tentações às quais ele se expõe. E,

além disso, cada um deve dizer essas coisas a outros, testemunhando assim contra ele próprio” (FOUCAULT, 2004, p.96). Essa “espiral da formulação da verdade e renúncia à realidade” é o ponto principal dessas técnicas.

Dessa forma, Foucault (2004) ressalta que o cristianismo se enquadra no rol daquelas religiões que impõem as “obrigações de verdade” aos seus praticantes.

Foucault (2004, p.97) toma um trecho de São Francisco de Sales para ilustrar como o cristianismo enxergava a sexualidade. Para este, o exercício da sexualidade não era considerado natural:

Vou lhes relatar um aspecto da honestidade do elefante. Um elefante jamais troca de fêmea, e ama ternamente aquela que escolheu, com a qual, no entanto, somente acasala de três em três anos, e somente por cinco dias e de maneira tão secreta que ninguém jamais o viu nesse ato. No entanto, ele é visto claramente quando, no sexto dia, antes de qualquer coisa, vai diretamente para algum rio, no qual lava todo o seu corpo, sem querer de forma alguma retornar à manada antes de estar purificado. Não são belas e honestas disposições em um animal, pelas quais ele ensina às pessoas casadas a não se abandonarem demasiadamente aos prazeres dos sentidos e da carne?

É importante ressaltar aqui também a visão de sexo como “coisa suja”, algo que deve ser lavado, algo que, depois de praticado, traz em si certa contaminação; e como “coisa pecaminosa”, algo que deve ser feito raramente e às escondidas, longe dos olhares dos outros. Não é à toa que Santo Agostinho, outro autor católico, descreve de forma quase aterrorizante o ato sexual comparando-o a uma espécie de convulsão (Foucault, 2004).

A citação “Um monge só é verdadeiramente casto se nenhum pensamento impuro penetra na sua mente, mesmo durante a noite, mesmo em sonho” (FOUCAULT, 2004, p.102), é, segundo Foucault, uma transcrição quase literal dos trechos do filósofo pagão Cícero. Percebemos mais uma vez aqui a idéia de “pensamentos pecaminosos e impuros”. Nos discursos eclesiásticos, a idéia de impureza e sujeira está muito presente nos assuntos relacionados à sexualidade.

Os estudos de Foucault (2007, p.79) nos ajudam a desvendar outras formas de pensar a sexualidade, que não essa da igreja cristã. Entre os gregos, por exemplo, um homem poderia perfeitamente preferir os amores masculinos, e em momento algum era motivo de reprovação. Na cultura grega, bastava que o homem fosse ativo na relação sexual e tivesse o domínio de si. Ao contrário, o homem que não fosse dono de seus prazeres, ainda que só tivesse um relacionamento heterossexual, seria considerado como feminino e seria motivo de reprovação. Como ressalta Foucault (2007, p.66):

Em outras palavras, para se constituir como sujeito virtuoso e temperante no uso de seus prazeres, o indivíduo deve instaurar uma relação de si para consigo que é do tipo “dominação-obediência”, “comando-submissão”, “domínio-docilidade” (e não, como será o caso na espiritualidade cristã, uma relação do tipo “elucidação-renúncia”, “decifração-purificação”).

Outros dois aspectos fundamentais no entendimento da sexualidade a partir da idade média foram: o sacramento da “confissão obrigatória, exaustiva e periódica imposta a todos os fiéis pelo Concílio de Latrão”, e os “métodos do ascetismo, do exercício espiritual e do misticismo desenvolvidos com particular intensidade a partir do século XIV” (FOUCAULT, 2006, p.127).

Foucault (2006) ainda ressalta que as sociedades ocidentais da Idade Média, com a regulamentação do sacramento da confissão pelo Concílio de Latrão, em 1215, destacaram a confissão como um dos rituais mais importantes. Eram nesses rituais em que se dava a produção da verdade do sujeito, pois ao Pastor caberia dizer qual era a verdade por trás da obscura verdade relatada pela confissão do fiel, ou seja, ao Pastor cabia a “decifração” daquilo que foi relatado. Segundo Foucault (2006, p.76), “aquele que escuta não será simplesmente o dono do perdão, o juiz que condena ou isenta: será o dono da verdade” (grifamos).

Segundo Foucault (2006) desde essa época até nossos dias, o sexo tem sido o foco preferido da confissão. Até hoje, o pastor que requer a confissão, “impõe-na, avalia-a e

intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar” (FOUCAULT, 2006, p.70-71). A confissão é:

(...) um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas conseqüências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação (idem).

Foucault (2006) ainda acrescenta que a confissão não se resumia apenas em falar das infrações às leis do sexo, mas em dizer, o mais freqüentemente possível, tudo o que se relacionasse ao “jogo dos prazeres”: sensações, pensamentos relacionados ao sexo. Segundo Foucault (2006, p.27), no século XVII, era exigido um detalhamento extremo: “Dizer tudo, repetem os diretores espirituais: ‘não somente os atos consumados como também os toques sensuais, todos os olhares impuros, todas as palavras obscenas..., todos os pensamentos consentidos’ ”.

Por esse motivo, a seguinte citação de Sade é vista por Foucault como quase uma transcrição dos tratados de direção espiritual:

É preciso, nas narrativas, o maior e o mais extenso detalhamento; só podemos julgar o que a paixão que contaís tem de relativo aos costumes e às características do homem, na medida em que não disfarceis nenhuma circunstância; as menores circunstâncias servem aliás, infinitamente, ao que esperamos de vossas narrativas.

Outra questão interessante a ser observada sobre a prescrição velada dos papéis de gênero, é aquela das imagens expostas nos altares católicos. Na maioria das vezes, a figura feminina da Virgem Maria aparece quase que totalmente coberta por roupas, deixando apenas o rosto e as mãos expostos. Ao contrário, na representação de Jesus, o Crucifixo é mostrado quase que totalmente nu, recoberto apenas por um pano sobre os órgãos genitais. Podemos ver aqui um recado bastante claro, embora sutil, sobre como homens e mulheres devem se vestir, e sobre quais partes do corpo se deve ocultar.

A representação do feminino é ausente inclusive na trindade católica. Embora teoricamente os deuses católicos sejam assexuados, semioticamente, há uma sensível

diferença e uma distinção clara de gênero na seguinte profissão católica: “Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Por que não dizer, por exemplo, “Em nome da Mãe, da Filha e da Entidade Espiritual”? Nos panteões ameríndio, afro-brasileiro, greco-romano, hindu, egípcio, celta, dentre vários outros, há uma infinidade de divindades masculinas e femininas, nos quais a mulher tem *status* de Deusa, e não apenas de intercessora, como é o caso da Virgem Maria, na religião católica.

As instituições religiosas têm ainda hoje – principalmente no Brasil que é considerado como o maior país católico do mundo – um papel fundamental quanto a vários problemas decorrentes do mau entendimento das questões de gênero: criminalização do aborto, falta de políticas públicas para as mulheres, assassinatos “por amor”, estupros, misoginia, DSTs/AIDS. Embora muitos grupos – principalmente os de linha progressista – tenham surgido dentro das igrejas para trabalhar a favor dos menos favorecidos, o assunto relativo aos gêneros, ainda é considerado como tabu e tratado de forma muito reservada.

2.3 - O Gênero e as Instituições de Saúde

As instituições e empresas de saúde também tiveram seu papel na propagação e consolidação das concepções cristalizadas do sexo e do gênero. E nessa categoria estão os médicos, psiquiatras, psicólogos além de outros profissionais que tinham a ciência como referência.

Segundo Foucault (2006), data de 1846 o tratado de *Psychopathia Sexualis* de Heinrich Kaan, a partir do qual se instaura um “autonomização” do sexo com relação ao corpo, ou seja, os comportamentos sexuais que antes dessa data eram considerados apenas como devassidão ou extravagância, a partir de então serão enquadrados pelo domínio médico-psicológico como “perversões”. Segundo o autor, também data dessa mesma época a intenção de se enquadrar a sexualidade dentro de uma “responsabilidade biológica”, ou seja, se não

fosse controlado, o sexo não só seria alvo de doenças, como também poderia transmitir essas doenças, e contaminar inclusive as gerações futuras. Dessa forma, o sexo é tomado como “capital patológico” da espécie, e junto com essa concepção, vem também o projeto médico e político de organizar e administrar uma “gestão estatal” dos casamentos e nascimentos, pois a fecundidade e o sexo deveriam ser controlados. Segundo Foucault, as duas grandes inovações da época na “tecnologia do sexo” foram (1) a medicina das perversões, e (2) os programas de eugenia²⁷. A teoria da degenerescência, por exemplo, explicava como uma hereditariedade repleta de doenças – inclusive psíquicas – produziria um perverso sexual “faça-se uma busca na genealogia de um exibicionista ou de um homossexual e se encontrará um ancestral hemiplégico, um genitor tísico ou um tio com demência senil” (FOUCAULT, 2006, p.129) .

Para os médicos da época, não se tratava mais de reconhecer qual sexo prevalecia, mas sim, de “decifrar” qual era o verdadeiro sexo. Segundo Foucault (2006, p.83-84), “o médico terá que, de alguma maneira, despir as anatomias enganadoras e reencontrar, por trás dos órgãos que podiam ter encoberto as formas do sexo oposto, o único sexo verdadeiro.”

Como se já não bastasse o antigo medo do mal venéreo, a medicina da época, segundo Foucault (2006), tinha também, de acordo com as novas concepções de assepsia, o objetivo de assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social, prometendo eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardadas: “Em nome de uma urgência biológica e histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes. E os fundamentava como ‘verdade’ ” (FOUCAULT, 2006, p.62). Foucault ainda acrescenta que, ao longo de todo o século XIX, parece ter havido dois registros bem distintos sobre o sexo, (1) o de uma

²⁷ “Eugenia é um termo criado por Francis Galton (1822-1911), que a definiu como o *estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente*. O tema é bastante controverso, particularmente após ter sido parte fundamental da ideologia de pureza racial nazista, a qual culminou no Holocausto.”

(Disponível em: “<http://pt.wikipedia.org/wiki/Eugenia>”. Acessado em 11 nov. 2007)

biologia da reprodução (segundo uma “normatividade científica geral”), e (2) uma medicina do sexo, obediente a diversas regras.

Sobre essa sexualidade pautada em pura biologia, González Rey (2005) tece uma crítica na qual o conceito de sujeito é incompatível com um determinismo mecanicista causalista, já que a ação do sujeito é imprevisível. Segundo González Rey (2005, p.247):

Assim, por exemplo, o motivo sexual não representa simplesmente o estado dinâmico associado à biologia da sexualidade, mas esse estado se ativa dentro de um conjunto de elementos de sentido subjetivo que estão associados à história de cada indivíduo concreto, assim como ao contexto cultural em que estes vivem. Desta forma, serão parte do motivo sexual sentidos associados à moral, ao corpo, ao gênero, aos padrões emocionais de relação, etc., onde todos se integram e definem o sentido subjetivo da sexualidade para um sujeito concreto. Claro que a condição mais estável do motivo é inseparável dos elementos de sentido que se geram pelas necessidades do sujeito dentro do espaço de relação no qual o motivo intervém como momento de sentido.

O poder normativo da ciência significou então o desaparecimento da livre escolha, ou seja, o sujeito não poderia mais escolher seu sexo jurídico e social. Caberia ao perito decidir isso, depois do qual a sociedade lhe exigiria restringir-se (FOUCAULT, 2006, p.84). Embora a história tenha ocorrido no passado, ainda hoje essa idéia do verdadeiro sexo está presente. E ainda que hoje haja certa tolerância com relação à identidade sexual, estamos sempre prontos a encontrar algum “erro” ou “desvio” naquelas que se diferem do binarismo “homem/mulher” (FOUCAULT, 2006, p.85).

Foucault (2004), em seu artigo “o Verdadeiro Sexo”, fala sobre um caso de uma pessoa hermafrodita que foi obrigada a adotar um único sexo. O que Foucault ressalta é que isso nem sempre foi assim, ou seja, durante muitos séculos sempre se aceitou que um hermafrodita pudesse ter os dois sexos.

No relato de Foucault, Alexina, que era hermafrodita, foi obrigada a assumir a identidade de um “verdadeiro” rapaz, e teve que modificar juridicamente seu estado civil, mas “foi incapaz de se adaptar a sua nova identidade e acabou se suicidando” (FOUCAULT, 2006, p.86). Como ressalta Foucault (idem):

É justamente por volta de 1860-1870 que se praticou mais intensamente a procura da identidade na ordem sexual: não só o sexo verdadeiro dos hermafroditas, como também a identificação das diferentes perversões, sua classificação, caracterização etc.; em suma, o problema do indivíduo e da espécie na ordem das anomalias sexuais.

Como ressalta Margareth Rago (2007), os colonizadores “reconheceram” de imediato todos os “vícios” pregados pelo cristianismo nas práticas sexuais indígenas. As índias nuas foram: “rotuladas de ‘ninfomaníacas’ e ‘devassas’, segundo as classificações das ‘perversões sexuais’ elaboradas pelo médico vienense Von Krafft-Ebing, em meados do século 19” (RAGO, 2007, §19).

Segundo Margareth Rago, para os médicos do século passado, o sexo era ameaçador, vulcânico, destrutivo, e deveria ser combatido e bem administrado pelo intelecto. O Dr. Heredia de Sá (1845), criticado por Margareth Rago (2007, §20), faz o seguinte relato:

O homem sequioso do prazer venéreo sente-se atormentado por necessidade imperiosa, irresistível, uma excitação espantosa vivifica seu organismo, um fogo ardente abrasa seus órgãos, as artérias pulsam com excessiva força, os olhos incendeiam-se com brilho sobrenatural, sua face colora, sua respiração se torna anelante, as partes genitais se intumescem, se congestam e nelas se experimenta um sentimento de ardor e titilamento. O pensamento não tem mais força, a vontade não domina, todas as faculdades estão concentradas em uma idéia fixa;(...)"

Ora, essa riqueza de detalhes físicos e “psíquicos” do momento em que alguém se excita sexualmente, é justamente a crítica feita por Foucault sobre a necessidade de verdade que os europeus tinham com relação ao sexo; necessidade de fazer com que a verdade do sujeito seja a sua sexualidade, e que, a partir dessas práticas de detalhamento, surjam também a necessidade de se detalhar todos os desvios. Segundo Margareth Rago (idem), os homens da ciência, *voyeuristas* disfarçados e obcecados pelo sexo, falavam o tempo todo da sexualidade, principalmente para condená-la “Dissecaram o corpo da meretriz, do cafetão, do homossexual, ‘perverteram o sexo’. Todas as práticas sexuais foram postas sob o signo do discurso científico, explicadas, analisadas, classificadas, contidas e condenadas”.

Segundo Margareth Rago (2007), e com relação à prostituição, o médico Francisco Ferraz Rosa de Macedo, por volta de 1872, classificava as prostitutas que

encontrava na cidade do Rio de Janeiro, como “degeneradas natas”, gulosas, preguiçosas, excêntricas, irrecuperáveis para a Nação, signos da involução das espécies: sub-raça”. Por outro lado, as mulheres “castas” deveriam ter uma “quase ausência” dos instintos sexuais, “a não ser para fins reprodutivos”.

Dessa forma, Margareth Rago (2007, §23), falando sobre o corpo e a sexualidade, afirma que o discurso médico:

é apropriado como verdade científica, o que equivale dizer, aceito acriticamente pelos historiadores, servindo de fundamento para construírem a interpretação de uma “psique nacional” que, triste ou alegre, passa pela perversão, pelo predomínio do instinto sobre a razão, por tudo aquilo, portanto, que impossibilita a formação do indivíduo racional, cidadão apto a participar da esfera pública e administrar o bem público.

É interessante observar que, como enfatiza Foucault (2006), a medicina de então cria uma “rede de causalidade sexual”, e enquadra nesta os maus hábitos das crianças, as tísicas dos adultos, as apoplexias dos velhos, as doenças nervosas e as degenerescências da raça. A própria homossexualidade começa a falar por si mesma, ou seja, apropriando-se das mesmas categorias que foram utilizadas pelos médicos para desqualificá-la, reivindica sua legitimidade e “naturalidade”; e nesse caso, os discursos se interpenetram, pois “Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto” (FOUCAULT, 2006, p.112). Os psiquiatras do século XIX “entomologizam” esses pequenos perversos, dando-lhes estranhos nomes como “os exibicionistas de Laségue, os fetichistas de Binet, os zoófilos e zoerastas de Krafft-Ebing, os automonossexualistas de Rohleder; haverá os mixoscopófilos, os ginecomastos, os presbiófilos, os invertidos sexoestéticos e as mulheres disparêunicas.” (FOUCAULT, 2006, p.51).

O discurso científico do “certo”, da “certeza” toma assim o lugar da religião, utilizando-se de mecanismos muito semelhantes. É o que argumenta Morin (2000, p.77-78)²⁸, citado por González Rey (2005, p.272):

²⁸ MORIN, E. A. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

Creio que aquilo que se chama ‘cientificismo’ não é outra coisa senão colocar a ciência no lugar da religião, achando que ela desempenha a mesma função, que vai trazer a certeza. E, hoje em dia, a crença ‘vulgar’ é que a ciência é certa. Evidentemente, é o certo sobre o plano dos dados. Mas não é o certo no que diz a respeito ao pensamento, à teoria. Esse movimento irrequieto da incerteza e a descoberta de zonas do real em que a lógica não funcionava mais, colocaram novamente em marcha o problema da complexidade. (...) Foi de fato a resistência do real que trouxe consigo a complexidade, e é isso que acho muito bonito.

2.4 - O Gênero e o Estado

Esse trabalho não poderia deixar de falar do Estado, que será discutido aqui a partir do ponto de vista da subjetividade. Nesse caso, trataremos do Estado “percebido” pelo sujeito como aquele que (1) estabelece as normas e leis que o cidadão deve obedecer, (2) cria mecanismos de punição para aqueles que desobedecerem ao que foi estabelecido ou imposto. Esse Estado descrito aqui não é abstrato, ele deveria ser composto por representantes do povo, mas, na maioria das vezes, é composto pelos representantes daqueles que detêm o poder: pelos donos do capital ou pelos grandes ditadores, que não raro às vezes se confundem um com o outro. Falar de gênero sem um olhar crítico sobre a máquina estatal é muito temerário, como veremos adiante.

Para Foucault (2006), a sociedade burguesa do século XIX, bem como a nossa, por meio dos dispositivos de poder, não fixa fronteiras, ao contrário, provoca as diversas formas de sexualidade. Na verdade, esse poder vai mais longe, solicita, instala, isola, intensifica e incorpora os comportamentos polimorfos, as sexualidades múltiplas:

as [sexualidades] que aparecem com as idades (sexualidade do lactente ou da criança), as [sexualidades] que se fixam em gostos ou práticas (sexualidade do invertido, do gerontófilo, do fetichista...), as [sexualidades] que investem difusamente no relacionamento (sexualidade da relação médico-paciente, pedagogo-aluno, psiquiatra-louco), as [sexualidades] que habitam os espaços definidos (sexualidade do lar, da escola, da prisão) (FOUCAULT, 2006, p.54-55)

Segundo Foucault (2006, p.45) “durante muito tempo os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção”. Vemos aqui uma limitação das leis que, não dando conta de resolver as questões humanas relacionadas à

complexidade, se institui de forma despótica na medida em que não abre espaço para a diversidade, que “criminaliza” o comportamento do desviante, e que o pune em seguida.

Foucault (2006) vai além, e atenta para que vejamos que não existe um conhecimento científico desinteressado e livre. Mas que este está sujeito às exigências de poder – econômicas ou ideológicas – e sobre este conhecimento pesam mecanismos de proibição. Foram as relações de poder que instituíram a sexualidade como um domínio a ser conhecido, e que em seguida a tomaram como alvo, pois sobre ela puderam investir por meio de técnicas de saber e de procedimentos discursivos. Segundo o autor, em vez de um mecanismo de exclusão ou rejeição, entrou em ação uma rede sutil de discursos, de saberes, de prazeres e de poderes.

Dentro dessa estrutura, se encontra o sujeito tolhido em sua capacidade de opção, em suas idéias e em suas ações. Dentro dessa estrutura de poder, não podemos falar então de um sujeito, mas sim de um “sujeitado” aos ditames externos. Como ressalta González Rey (2005, p.224):

O resgate da idéia do sujeito não passa pela idéia de controle deste sujeito sobre o mundo, mas pela idéia de sua capacidade de opção, de ruptura e de ação criativa, ou seja, pela idéia de que sua ação atual e seus efeitos são constituintes de sua própria subjetividade, e não causas que aparece como elementos externos da ação.

Segundo Foucault (2006), foi por meio da pedagogia, da medicina e da economia que o sexo foi feito um negócio de Estado, no qual todo o corpo social e seus indivíduos eram convocados a estarem em vigilância. “Leis naturais da matrimonialidade” e “regras imanentes da sexualidade” foram instauradas e, a partir do final do século XVIII, no lugar dos antigos libertinos, surge toda uma sorte de gente diferente, que percorre os becos da sociedade, quase sempre perseguida pelas leis, e não raro em prisões, doentes, vítimas perigosas, portadoras de um grande mal, ora “vício” ora “delito”. Como ressalta Foucault (2006, p.47):

Crianças demasiado espertas, meninas precoces, colegiais ambíguos, serviçais e educadores duvidosos, maridos cruéis ou maníacos, colecionadores solitários, transeuntes com estranhos impulsos: eles povoam os conselhos de disciplina, as

casas de correção, as colônias penitenciárias, os tribunais e asilos; levam aos médicos suas infâmias e aos juízes suas doenças.

O homossexual do século XIX, segundo Foucault (2006), passa a ser definido em função de sua sexualidade: seu passado, sua história, sua infância, seu caráter e sua forma de vida. Passa também a ter uma morfologia específica, uma fisiologia misteriosa. Sua sexualidade é o princípio ativo que define toda sua conduta, e está inscrita sem pudor em sua face e em seu corpo; se torna sua natureza singular.

Esse “ser homossexual” se contrapõe ao “ser masculino” que cria as leis. Como ressalta Rita Segato (1997, p.250), “O portador da lei, o juiz – fonte do sentido e das regras para a organização da vida social –, nessa, como em outras sociedades, tem rosto masculino.” (grifamos).

No Brasil, segundo Margareth Rago (2007), juristas como Viveiros de Castro, ao lado dos médicos, enxergavam onanistas, pedófilos, homossexuais, tríbades, perversos sexuais em quase todos os cantos da cidade, sobretudo nas ruas, bares, restaurantes, teatros e cafés-concertos do submundo.

Foucault (2006) chama a atenção para o fato de que, antigamente, era interessante que um país fosse bem povoado para ser rico e poderoso. Mas, de dois séculos para cá, pelo menos de maneira constante, acontece um fenômeno oposto a esse: a sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão também ligados à forma como o cidadão usa seu sexo; sexo esse que aparece mais uma vez como centro das questões políticas e econômicas. Como ressalta Foucault (2006, p.32), é necessário analisar:

(...) a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas – desses famosos “segredos funestos” que os demógrafos, na véspera da Revolução, sabem já serem conhecidos no campo.

Todos esses discursos sobre um sexo patológico vão se multiplicar, segundo Foucault (2006), em várias condenações judiciais das perversões, das “irregularidades

sexuais” que foram convertidas em “doença mental”. Todos os desvios possíveis foram definidos, da infância à velhice, dentro de uma norma para o desenvolvimento sexual, e para isso foram criados controles pedagógicos e tratamentos médicos.

Dessa forma, ao contrário do que poderíamos supor, em torno do sexo é criado um “imenso aparelho para produzir a verdade” (FOUCAULT, 2006, p.64). Foucault ainda ressalta que o sexo não foi somente utilizado como sensação e prazer, mas também como um balizador da verdade e da falsidade, tornando-se coisa essencial: útil ou perigosa, preciosa ou temida, mas em todos os casos um “objeto de verdade”.

Percebemos aqui uma incapacidade do Estado em coexistir com o novo, com o diferente. Como ressalta González Rey (2005), essa incapacidade, partindo de “verdades absolutas”, se absolutizam nas idéias dos protagonistas do poder, e partem daí para produzir os sistemas autoritários. Por vezes, a falta de compreensão de uma subjetividade social leva processos profundamente revolucionários em um momento histórico, a se tornarem processos extremamente conservadores e reacionários em outro momento. Como ressalta González Rey (2005, p.208):

A ausência de representações sobre esse processo de constituição da subjetividade social permite que ainda hoje a ação política dos homens continue reificando posições maniqueístas absolutas sobre o “bom” e o “mau”, o “justo” e o “injusto”, como se fossem posições universais sujeitas a valores invariáveis, sem perceber que essas dimensões axiológicas são sentidos que mudam em relação aos contextos sociais e sistemas subjetivos que vão surgindo de forma constante na vida social.

González Rey (2004) critica ainda o culto aos líderes, aos chefes, culto que paralisa a riqueza do desenvolvimento do coletivo, riqueza que, segundo o autor, só pode ser assegurada por meio da diversidade de “expressões contraditórias” entre os participantes, afinal de contas, é precisamente nessas contradições que o sujeito se revela com toda sua capacidade. González Rey lamenta que isso nem sempre seja possível: “Como isso é difícil de conseguir em nossa cultura atual, freqüentemente o sujeito só emerge na dissidência, e acaba sendo excluído por seus ‘erros’ ou ‘infidelidade’ ” (GONZÁLEZ REY, 2004, p.155).

2.4.1 A instituição “família”

Dentro das instituições reconhecidas e mantidas pelo Estado não poderíamos deixar de focar a família, pois é ela o primeiro contato do indivíduo com os interesses e as normas estabelecidas pelo Estado. Para Foucault (2006, p.132), a família se constituiu como instância de controle, e foi na família “burguesa” ou “aristocrática” que primeiro se problematizou a sexualidade das crianças ou adolescentes, e na qual foi medicalizada a sexualidade da mulher. À família, foi dada a tarefa de vigiar o indivíduo quanto às possíveis patologias do sexo e de corrigir essas patologias por meio de “tecnologias racionais”.

Um dos pontos focais nas questões da sexualidade dentro da família é o incesto. Este ocupa, segundo Foucault (2006, p.120), um lugar central, e é continuamente “solicitado e recusado, objeto de obsessão e de apelo, mistério temido e segredo indispensável”.

Tavares (s/d), em um interessante estudo intitulado “Troca de Mulheres”, faz uma análise de estudos realizados por Lévi Strauss²⁹ e Margaret Mead, dentro outros, sobre a questão do incesto. Segundo o autor (TAVARES, s/d, p. 33), citando Lévi Strauss (1982, p.56):

Se o horror no incesto resultasse de tendências fisiológicas ou psicológicas congênitas, por que se exprimiria em forma de uma proibição ao mesmo tempo tão solene e tão essencial que é encontrada em todas as sociedades humanas aureolada pelo mesmo prestígio sagrado? Não existe nenhuma razão para proibir aquilo que, sem proibição, não correria o risco de ser executado.

O questionamento de Lévi Strauss se faz extremamente pertinente, pois não raro, acreditamos que nossos comportamentos são inatos, que “agimos assim porque é assim mesmo que deve ser”, porque “não existe outra forma”, porque “esse é o certo” e porque “todo mundo faz o mesmo”. Lévi Strauss põe em cheque o “certo” e o questiona, e ousa perguntar “de onde veio a idéia de que a interdição do incesto é fisiológica, biológica ou psicologicamente congênita?”

²⁹ LÉVI STRAUSS, Cl. *As Estruturas Elementares do Parentesco* (1949). 2. Ed., Petrópolis: Vozes, 1982.

Lévi Strauss (1982, p.526), *apud* Tavares (s/d, p.51), reproduz um interessante diálogo entre a etnóloga Margaret Mead e membros do povo *arapeshe*. Este povo mal compreendia o sentido das perguntas de Mead, sobre possíveis transgressões à interdição do incesto. Diante da insistência de Mead sobre “por que os *arapeshes* não cometem o incesto”, vem a resposta:

Mas como! Querias casar com tua irmã? O que há contigo? Não queres ter um cunhado? Não compreendes que se te casares com a irmã de outro homem e um outro homem se casar com tua irmã terás pelo menos dois cunhados, enquanto se te casares com tua própria irmã não terás nenhum? E com que irás caçar? Com quem farás as plantações? Quem irás visitar?

É o que corrobora Lévi Strauss (p.91), *apud* Tavares (sd, p.51), quando diz que a partir do momento em que eu me proíbo o uso de uma mulher, para que esta fique disponível para outro homem, há em outro lugar um homem que renuncia a uma mulher que se tornará disponível para mim. Lévi Strauss ainda acrescenta que a proibição não se esgota aí, mas que ela é instaurada para garantir, direta ou indiretamente, uma troca, pois como o autor mesmo afirma (LÉVI STRAUSS, p.519 *apud* TAVARES, s/d, p.55):

(...) seja em forma direta ou indireta, seja em forma global ou especial, mediata ou postergada, explícita ou implícita, fechada ou aberta, concreta ou simbólica, é a troca, sempre a troca, que aparece como base fundamental e comum de todas as modalidades da instituição matrimonial.

Essa “crença” instaurada em nossas culturas pode ser bem ilustrada com o seguinte aforismo *arapeshe*, coletado por Margareth Mead e transcrito por Lévi Strauss (p.522), *apud* Tavares (s/d, p.54):

Tua própria mãe
Tua própria irmã
Teus próprios porcos
Teus próprios inhames que empilhaste
Tu não podes comê-los
As mães dos outros
As irmãs dos outros
Os porcos dos outros
Os inhames dos outros que eles empilharam
Tu podes comê-los

Além do incesto, outro tema pertinente para o estudo das configurações de gênero na subjetividade, é o de como as famílias lidam diariamente com as questões sexuais,

principalmente junto às crianças. Segundo Ariès (1981, p.125), falar sobre temas “sexuais” com as crianças era, no passado, muito mais comum que hoje:

Uma das leis não escritas de nossa moral contemporânea, a mais imperiosa e a mais respeitada de todas, exige que diante das crianças os adultos se abstenham de qualquer alusão, sobretudo jocosa, a assuntos sexuais. Esse sentimento era totalmente estranho à antiga sociedade.

Ariès descreve várias cenas da primeira infância de Luís XIII: brincadeiras feitas pelos familiares, parentes e amigos da família, no final do século XVI e início do século XVII. Eram situações engraçadas nas quais as pessoas pediam para Luís XIII mostrar o pênis, e este se divertia em fazer isso.

Ariès (1981, p.129) argumenta que, “diante da sexualidade, e sem dúvida a própria sexualidade, variam de acordo com o meio, e, por conseguinte, segundo as épocas e as mentalidades.”. O autor ressalta ainda que, se os contatos físicos praticados nessa época fossem praticados hoje, eles pareceriam beirar a “anomalia sexual”, e que tais atos, muito provavelmente, não seriam praticados publicamente.

Outro fato interessante relatado por Ariès é o de que entre os muçulmanos, por muito tempo, e ainda hoje, são comuns as brincadeiras desse tipo, inclusive por pessoas desconhecidas. Um episódio relatado pelo autor, ocorrido no século XX, foi o caso de um pai com seu filho pequeno, em um ônibus, no qual um passageiro desconhecido puxa assunto com a criança e pergunta se ela não “queria vender o seu pintinho”. O pai da criança se diverte com a brincadeira.

Ariès, corroborando Foucault, evidencia o contraste entre a cultura muçulmana e a européia, em virtude de uma “reforma moral” acontecida no início da idade moderna. Segundo o autor:

Essas sociedades se mantiveram alheias não apenas ao progresso científico, mas também à grande reforma moral, inicialmente cristã e a seguir leiga, que disciplinou a sociedade aburguesada do século XVIII e sobretudo do século XIX, na Inglaterra e na França. (ARIÈS, 1981, p.129)

Outra cena comum dessa época e que, segundo Ariès (idem) seguramente nos chocaria, era a das festinhas de crianças. Uma delas, talvez uma das mais importantes, acontecia antes da primeira comunhão das crianças, e era marcada pela celebração da circuncisão de uma criança, cerimônia assistida inclusive pelas outras crianças:

A cena da circuncisão é assistida por um grande número de crianças: algumas estão junto dos pais, outras sobrem nas pilastras para ver melhor. Não há algo de estranho, quase chocante para nós, nessa escolha da circuncisão como festa da infância, representada no meio das crianças? [também no século XVII] (ARIÈS, 1981, p.131)

Ariès (idem) ainda acrescenta que, depois da reforma moral, a “inocência e santidade” do menino Jesus, foi um dos motivos usados para que fossem negados os assuntos sobre a sexualidade às crianças. Livros clássicos, que antes eram utilizados como obras literárias para o ensino nas escolas, foram proibidos.

A proibição com relação aos assuntos da sexualidade dentro da família parece estar intimamente ligada a uma visão sobre o “sexo” como algo sujo, pecaminoso, abjeto, indecoroso, vergonhoso, que é capaz de “manchar”, de “macular” aquele que nele pensa, que dele se aproxima, ou que dele usufrui.

CONCLUSÃO

Uma das idéias mais importantes advindas do estudo sobre o gênero neste trabalho é, no meu entender, a da aceitação da diversidade, das diferenças. Aceitar que existe um outro, e que esse outro pode se expressar livremente, com opiniões próprias sobre sua sexualidade. Acreditar que as diferenças, que em um primeiro momento nos causam estranhamento, se constituem em um importante espaço para o debate, para o compartilhamento de novas idéias. Entender até mesmo que, sem essas peculiaridades e diferenças, não haveria um espaço profícuo para o crescimento do grupo, da sociedade como um todo.

Outra idéia que gostaria de ressaltar com esse estudo, é a de que, quando existem papéis rígidos, prescritos, a serem seguidos, e quando esses papéis não podem ser questionados – sob a pena de seus autores serem severamente punidos – aí terá se instalado um terreno fértil para a intolerância, para a “não aceitação” da opinião do outro. Foi seguindo por esse caminho – o da intolerância com as diferenças – que instituições com as mais belas intenções – como algumas religiões e regimes políticos – cometeram crimes bárbaros, que mutilaram, excluíram e exterminaram pessoas inocentes.

Quanto ao gênero, de forma específica, pude perceber que este não pode ser entendido de forma separada de todos os outros assuntos que cercam a vida do sujeito: a política, a religião, a educação, enfim toda a manifestação cultural. Além disso, a história de como se relacionam gênero e cultura é fundamental para uma releitura de tudo o que cerca o assunto.

Penso que, como foi muito debatido durante o trabalho, a primeira conclusão decorrente dessa forma crítica de pensar os papéis sexuais é o convite à “não patologização”

da sexualidade. Partindo desse princípio, em vez de ser enxergada a patologia, será enxergado antes o sujeito em sua subjetividade: aquele que está contente com sua sexualidade, ou aquele que sofre por causa dela. Dessa forma, o profissional da saúde – e por razões óbvias destaco aqui o psicólogo – deve antes conhecer como cada sujeito dá sentido à sua sexualidade, como cada pessoa convive com suas práticas sexuais e como estas são percebidas por cada um dentro do sentido do que é “ser saudável” para cada sujeito.

Outra conclusão que pude perceber durante os estudos sobre o gênero, foi a de que, a não compreensão das configurações das identidades de gênero ainda leva a muitas injustiças. Aparentemente, falar de um assunto teórico, dentro das ciências humanas, é algo “descolado” do dia-a-dia das pessoas. Mas aqui foi proposto o contrário, as reflexões trazidas tiveram o intuito de “abrir espaço” a um amplo debate, pois falar de “sexo”, de suas implicações, ainda gera muito constrangimento e vergonha, o que constitui um terreno fértil para a instauração de tabus, de “zonas de sentido” vagas, não exploradas.

Com a conclusão do trabalho, fica também o convite à emergência do sujeito nos espaços de todas as organizações sociais. Enquanto se fizerem ouvir apenas uns poucos discursos de poder, a voz do sujeito ficará sufocada, e com ela também serão sufocadas suas identidades de gênero, condenadas à escuridão, à marginalidade. O estabelecimento de papéis rígidos a partir de uma “sexualidade normativa”, pode aparentemente regular o comportamento das pessoas, mas de fato apenas mascara e oprime a multiplicidade das manifestações de gênero das quais o ser humano é capaz. Apenas quando essas manifestações forem respeitadas como produto da diversidade necessária do sujeito, é que serão evitadas injustiças contra aqueles considerados “desviantes”, que de fato são vítimas de uma normalização vertical e intolerante.

Por fim, com este trabalho, acredito contribuir para o entendimento do sujeito em suas subjetividades individual e social, e não apenas a partir de sua identidade de gênero,

como se esta constituísse sua única verdade. E que as identidades de gênero sejam vistas como “possibilidades”, e não como “papéis fixos”; que sejam vistas como saberes e fazeres que adquirem novos sentidos continuamente, e que por isso não podem se enquadrar em forma rígidas e imutáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIAHY, Ana Carolina. O Conflito de Gênero do Conto “A Imitação da Rosa” de Clarice Lispector. *TEXTURA: Revista de Letras e História*. Canoas, n. 10, p. 75-88, jul/dez, 2004.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família* / trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAZZO, Ézio Flavio. *A lógica dos devassos: no circo da pedofilia e da crueldade*. Brasília: Moloch Publicadora, 2004.

BEIRAS, Adriano e Outros. Crenças, Valores e Visões: Trabalhando as Dificuldades Relacionadas à Sexualidade e Gênero no Contexto Escolar. *ALETHEIA: Revista do Curso de Psicologia*. Canoas, n. 21, p. 69-78, jan/jun, 2005.

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, Gênero e Revolução. Crítica Marxista. São Paulo, n. 11, p. 76-88, jan/dez, 2000.

BOCK, Ana Maria Bahia (org). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Ed. Cortez, 3 ed., 2007.

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade* / trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Mônica Roque. Cultura, Gênero e Sexualidade. *AQUILA: Revista da Universidade Veiga de Almeida*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 32-40, jan/jun, 2000.

DA SILVA, Ellis Regina Araújo. O Arco-Íris em Revista: Algumas Questões Sobre a Identidade e Gênero. *Revista: Universitas Comunicação*. Brasília, v. 2, n. 2, p. 209-232, ago, 2004.

DE MACEDO, Rosa M. S. O Sonho da Eterna Juventude: Percepção do Envelhecimento de uma Perspectiva de Gênero. *Psicologia Revista*. São Paulo, n. 10, p. 11-22, maio, 2000.

DE OLIVEIRA, Marina Pereira Pires. “Decifra-me ou te devoro”: O Desafio das Políticas de Justiça com Enfoque de Gênero no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, v. 14, n. 58, p. 318-328, jan/fev, 2006.

DE OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva. Discutindo Gênero e Beleza. *ESBOÇOS: Revista do Programa de Pós Graduação em História*. Florianópolis, v. 8, n. 8, p. 173-183, jan/dez, 2000.

EISLER, Riane. *O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo* / Riane Eisler ; trad. Ana Luíza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FERREIRA, Maria Cristina. Estereótipos de Gênero: Estrutura Interna e Conteúdo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 1/2, p. 42-54, jan/jun, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política: Ditos & Escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edição Graal, 17 ed., 2006.

_____. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edição Graal, 12 ed., 2007.

_____. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edição Graal, 8 ed., 2005.

_____. *Microfísica do Poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edição Graal, 15 ed., 2000.

GAIARÇA, José A. *Sexo, Reich e Eu - trabalho corporal em psicoterapia: fundamentos e técnicas*. São Paulo: Ágora, 5 ed., 2005.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: OZELLA, Sergio (org).

Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003, p. 41-62.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito* / Fernando Luis González Rey; tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. *Sujeito e Subjetividade*. Trad. Raquel Souza Logo Guzzo; revisão técnica do autor. Ed. Thomson: São Paulo, 2005.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero, o que é isso?. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, v. 15, n. 1/3, p. 4-11, jan, 1995.

JUNQUEIRA FILHO, Luiz Carlos Uchoa. Além do Gênero. *Revista Brasileira de Psicanálise*. São Paulo, v. 30, n. 4, p. 1081-1093, out/dez, 1996.

KAHHALE, Edna Maria Peters (org). *A Diversidade da Psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Ed. Cortez, 2 ed., 2006.

KAHHALE, Edna Maria Peters. Subsídios para Reflexão sobre Sexualidade na Adolescência. In: BOCK, Ana Maria Bahia (org). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 179-191.

LAVINAS, L. Gênero, Cidadania e adolescência. In: MADEIRA, F. R. *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 11-44

LIMA, Tânia Andrade. Estudos de Gênero na Arqueologia Brasileira: Por Que Não?. *HABITUS*. Goiânia, v. 1, n. 1, p. 129-140, jan/jun, 2003.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento* / tradução Rose Krausz. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MELO, Gislane Maria Cristina Ferreira e Outros. Estereótipos de Gênero Aplicados a Mulheres Atletas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, v. 20, n. 3, p. 251-256, set/dez, 2004.

MONTEIRO, Marko. *O pós-estruturalismo no estudo do gênero*. Campinas: 1997. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/~marko/laymert.html>. Acesso em: 3 out. 2007

MOTT, Luiz Roberto de Barros. *A sexualidade no Brasil colonial*. São Paulo, nº141, fev. 1994. Disponível em: <http://br.geocities.com/luizmottbr/artigos05.html>. Acesso em: 2 out. 2007.

OTTA, Emma e QUEIROZ, Renato da Silva. A sexualidade humana numa perspectiva interdisciplinar. In: *Psicologia: reflexões (im)pertinentes* / Lídio de Souza, Maria de Fátima Quintal de Freitas, Maria Margarida Pereira Rodrigues. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PEASE, Allan. *Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?: uma visão científica (e bem-humorada) de nossas diferenças* / Allan Pease e Bárbara Pease; trad. Neuza M. Simões Capello. Rio de Janeiro: Sextante, 15 ed., 2000.

RAGO, Margareth. *Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira dos anos vinte e trinta*. Disponível em: http://www.tau.ac.il/eial/XII_1/MargarethRago.html. Acesso em: 1º out. 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. *A Casa dos Budas Ditosos*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1999.

RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Gênero e Identificação Feminina Primária. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 11, n. 18, p. 238-256, dez, 2005.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. XII, n. 2, p. 235-262, jul/dez, 1997.

TAVARES, Hugo Cesar. *Troca de Mulheres: em Lévi-Strauss e Lacan*. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, s/d.

TEIXEIRA, Lumena Celi. Sentido Subjetivo da Exploração Sexual para uma Adolescente Prostituída. In: OZELLA, Sérgio (org). *Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003.

VARELA, Júlia e Fernando Alvarez-Uria. Sociologia do Gênero: Alguns Modelos de Análises. *Fragmentos de Cultura*. Goiânia, v. 13, n. 3, p. 509-521, maio/jun, 2003.